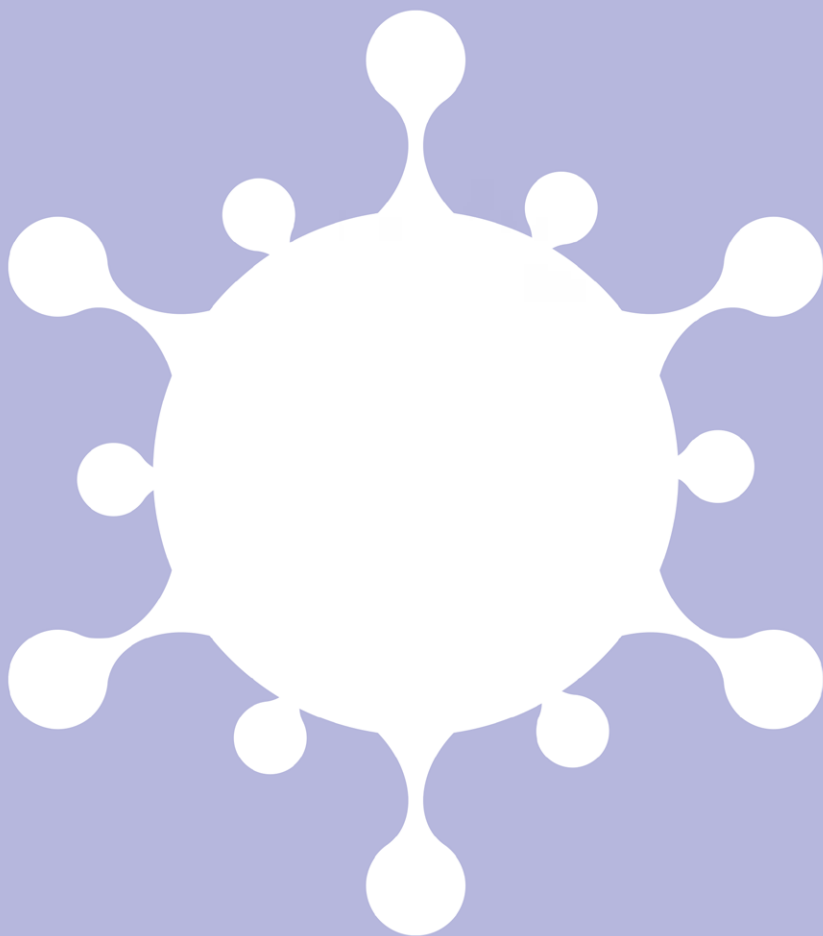


# UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS NO ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

Mobilização e construção de capacidades e lições aprendidas



Autores

**Antonio Alves Filho**

**Fabio Resende de Araújo**

**Marconi Neves Macedo**

**Maria Arlete Duarte de Araújo**

## **Reitor**

*José Daniel Diniz Melo*

## **Vice-Reitor**

*Henio Ferreira de Miranda*

## **Diretoria Administrativa da EDUFRN**

*Maria da Penha Casado Alves (Diretora)*

*Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)*

*Bruno Francisco Xavier (Secretário)*

## **Conselho Editorial**

*Maria da Penha Casado Alves (Presidente)*

*Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)*

*Adriana Rosa Carvalho*

*Anna Cecília Queiroz de Medeiros*

*Cândida de Souza*

*Fabício Germano Alves*

*Francisco Dutra de Macedo Filho*

*Gilberto Corso*

*Grinaura Medeiros de Morais*

*José Flávio Vidal Coutinho*

*Josenildo Soares Bezerra*

*Kamyla Álvares Pinto*

*Leandro Ibiapina Bevilaqua*

*Lucélio Dantas de Aquino*

*Luciene da Silva Santos*

*Marcelo da Silva Amorim*

*Marcelo de Sousa da Silva*

*Márcia Maria de Cruz Castro*

*Marta Maria de Araújo*

*Martín Pablo Cammarota*

*Roberval Edson Pinheiro de Lima*

*Sibele Berenice Castella Pergher*

*Tercia Maria Souza de Moura Marques*

*Tiago de Quadros Maia Carvalho*

## **Secretária de Educação a Distância**

*Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo*

## **Secretária Adjunta de Educação a Distância**

*Ione Rodrigues Diniz Morais*

## **Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos**

*Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo*

## **Coordenadora de Revisão**

*Aline Pinho Dias*

## **Coordenador Editorial**

*José Correia Torres Neto*

## **Gestão do Fluxo de Revisão**

*Rosilene Paiva*

## **Conselho Técnico-Científico – SEDIS**

*Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS (Presidente)*

*Aline de Pinho Dias – SEDIS*

*André Morais Gurgel – CCSA*

*Antônio de Pádua dos Santos – CS*

*Célia Maria de Araújo – SEDIS*

*Eugênia Maria Dantas – CCHLA*

*Ione Rodrigues Diniz Morais – SEDIS*

*Isabel Dillmann Nunes – IMD*

*Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ*

*Jefferson Fernandes Alves – SEDIS*

*José Querginaldo Bezerra – CCET*

## **Capa e Diagramação**

*Ygor Anario*



---

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE TABELAS	7
APRESENTAÇÃO	8
1 INTRODUÇÃO	10
2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS ADOTADAS PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS A PARTIR DE 2016	15
3 CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES PARA O ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS	41
4 UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS NO ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS: CAPACIDADES MOBILIZADAS E CONSTRUÍDAS	55
5 AS LIÇÕES APRENDIDAS	93
SOBRE OS AUTORES	99
REFERÊNCIAS	101

---

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Capacidades mobilizadas e construídas.....	66
---	----

---

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Universidades Federais pesquisadas com respectivos  
endereços eletrônicos .....57

Quadro 2: Categorias de análise sobre as capacidades das  
Universidades Públicas Federais.....63

---

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 : Universidades Federais pesquisadas no Brasil, por região.....	56
Tabela 02: Número de Ações por Capacidade mobilizada e/ou construída.....	65
Tabela 03: Número de Ações por Capacidade mobilizada e/ou construída por Região do Brasil.....	70
Tabela 04: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Norte para o enfrenta- mento ao coronavírus .....	71
Tabela 05: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Nordeste para o enfrenta- mento ao coronavírus.....	74
Tabela 06: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Centro Oeste para o enfren- tamento ao coronavírus.....	78
Tabela 07: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Sudeste para o enfrenta- mento ao coronavírus.....	82
Tabela 08: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Sul para o enfrentamento ao coronavírus.....	89



---

## APRESENTAÇÃO

Desde o ano de 2016 e, especialmente, a partir do início do governo Jair Bolsonaro as universidades públicas federais têm sido acusadas de incapacidade, falta de pertinência social e de qualidade e de custos muito elevados para o Estado brasileiro. Dessa forma, foram submetidas a um conjunto de medidas de natureza administrativa e acadêmica com significativos impactos em seu funcionamento: cortes orçamentários, redução de bolsas, política deliberada de não apoio a determinadas áreas do conhecimento, como é o caso das humanidades, além de alterações no processo de escolha de seus dirigentes, entre outras.<sup>1</sup>

Tendo essa realidade como pano de fundo e na emergência da crise sanitária no início do ano de 2020, esta pesquisa foi delineada para responder a algumas indagações: de que forma as universidades públicas federais, como instituições de ensino, pesquisa e extensão, diante dos cortes sucessivos de orçamento e de sobressaltos no seu cotidiano, estão contribuindo para o enfrentamento da crise sanitária em curso? Quais as ações que estão sendo implementadas? Que capacidades institucionais estão sendo mobilizadas?

A pesquisa é censitária e abrange 69 universidades públicas federais em todas as cinco regiões do país. Os resultados encontrados certamente não são homogêneos pois as instituições têm estágios diferentes de desenvolvimento, maturidade, competências distintas e se localizam em regiões igualmente distintas. Mas, o importante aqui é perceber que

---

<sup>1</sup> As evidências são descritas com detalhes e fontes na seção 2 do texto “Impacto das políticas adotadas para as Universidades Públicas Federais a partir de 2016.”



capacidades foram mobilizadas, construídas e de que modo as universidades públicas têm reafirmado a sua missão social.

A premissa que orienta a pesquisa é de que as universidades públicas federais sendo espaços de produção e socialização do conhecimento constituem arenas de fundamental importância para a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de combate ao coronavírus. E, que mesmo submetidas a cortes de orçamento, de bolsas e ameaças de toda ordem, sabem cumprir a sua missão social e revelar à sociedade o que poderiam fazer se lhes fossem dadas melhores condições para seu pleno funcionamento.

Realizada a pesquisa, as ações desenvolvidas pelo conjunto das universidades públicas federais revelaram que elas são imprescindíveis ao desenvolvimento do país e que todos os esforços devem ser feitos para evitar que elas sejam submetidas a uma concepção de educação que não seja norteadas pela preocupação com o bem estar da população e com a emancipação do cidadão. Assim, se impõe uma agenda de lutas para proteger a sua existência, a sua autonomia e a garantia de que continuará sendo plural, democrática e comprometida com as soluções dos problemas do seu tempo e que continuará recebendo financiamento público para o cumprimento de sua missão social.

Por fim, agradecemos ao Professor Djalma Freire Borges (UFRN) pela leitura atenta do texto, contribuições dadas e revisão final do Relatório.

*Os autores da pesquisa*

# 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as universidades públicas federais vêm sofrendo redução contínua nos seus orçamentos e ampliando as dificuldades administrativas e acadêmicas para alcançar seus objetivos institucionais. Com a Proposta de Emenda Constitucional PEC/95 de 2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, essa situação deteriorou-se de forma acelerada, impondo cortes e/ou adiamento de atividades, paralisação de pesquisas, sobrecarga de trabalho do corpo técnico e docente pela não reposição de pessoal, comprometimento da prestação de serviços, entre outros efeitos dos cortes orçamentários.

Essas dificuldades foram ampliadas com o governo Jair Bolsonaro, uma vez que passou-se a questionar o papel e importância das universidades públicas federais. Desde o início do governo iniciou-se uma narrativa cujo eixo central é o de que as universidades são caras, improdutivas, descoladas do mundo produtivo, produtoras de conhecimento sem importância para o desenvolvimento do país, lugar de esquerdismos variados. Amaral (2019) faz um bom registro das declarações relacionadas às universidades públicas federais que revelam o tom beligerante do governo. Paralelo a essa narrativa também emergiu um discurso anticiência que não reconhece e nem valoriza as evidências científicas e que afeta as universidades como produtoras de conhecimento científico. Em consequência dessa narrativa, um conjunto de iniciativas no plano federal têm sido tomadas, criando embaraços de toda ordem para as universidades públicas federais. As medidas têm sido responsáveis, entre outras coisas, pela redução da expansão das vagas públicas, esvaziamento de órgãos colegiados de representação,

modificação na forma de escolha de seus dirigentes, ameaças à liberdade de cátedra, defesa da universidade tecnicista e vinculada estritamente às demandas do mercado.

Este discurso desconsidera o papel desempenhado pelas universidades públicas federais na pesquisa, produção científica, qualidade dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, na formação profissional, na atividade de extensão, na prestação de serviços à comunidade. Nega, pois, dados da realidade que várias publicações vêm divulgando relativas à qualidade das universidades públicas e que sempre colocam as universidades públicas federais entre as melhores instituições de ensino.

Recentemente, o *Center for World University Rankings* (CWUR), divulgou uma lista com as mil melhores instituições de ensino superior no mundo, a partir dos seguintes critérios: qualidade do ensino, empregabilidade dos alunos, qualidade do corpo docente, número de pesquisas divulgadas, qualidade das publicações, influência e citações. Na lista, constava vinte universidades brasileiras, todas públicas. Das 20, 16 são universidades públicas federais (PATI, 2018). Por sua vez, o jornal Folha de S. Paulo publicou o Ranking Universitário da Folha 2019, que leva em consideração os critérios de ensino, pesquisa, mercado, inovação e internacionalização, revelando que das 20 melhores universidades 18 são públicas, sendo 14 universidades federais e 2 católicas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Já o Relatório *Research in Brazil*, divulgado em 2017 e realizado pela empresa americana de dados *Clarivate Analytics* mostra que as universidades públicas são responsáveis por 95% da produção científica brasileira. A *Clarivate Analytics* também informa, de acordo com os dados da Web Science, que das 50 instituições que mais publicaram pesquisas científicas no Brasil, 44 são universidades (36 federais,

7 estaduais e 1 particular), 5 são instituições de pesquisa e 1 é instituto federal de ensino técnico, no ano de 2019 (SAYURI, 2019).

Mais recentemente, o *Times Higher Education* (THE), uma das principais publicações mundiais em avaliação educacional divulgou o seu ranking das 20 melhores universidades na América Latina. A avaliação contempla os indicadores de ensino, pesquisa, citações, transferência de conhecimento para a indústria e visão internacional. Entre as 20 melhores universidades, 13 se encontram no Brasil. Do total, 8 são universidades públicas federais, 3 universidades públicas estaduais e 01 universidade católica (BERMÚDEZ, 2020).

Como se constata por várias publicações, as universidades públicas federais apresentam excelentes indicadores positivos, tais como a avaliação de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, número de pesquisas realizadas, número de artigos publicados, patentes aprovadas. Desconsiderar esses resultados, além de ocultar o papel estratégico das universidades públicas federais para o desenvolvimento do país serve para justificar a política de cortes orçamentários sucessivos feitos para o financiamento do ensino superior público.

O início do ano de 2020, dado o contexto acima descrito, preparava as universidades públicas federais para mais um ano de dificuldades administrativas e acadêmicas com o anúncio de que parte do orçamento para a educação, na ordem de R\$ 24,1 bilhões, somente seria liberada com a aprovação de lei de orçamento complementar. O controle dos gastos públicos seguia rigorosamente o que preconizava a PEC/95, de 2016. O equilíbrio fiscal a todo custo continuava cortando gastos sociais em políticas fundamentais, como a educação e a saúde sem contar o desmonte de direitos sociais duramente conquistados.

Esse *modus operandi* do Estado mínimo e de políticas ultraliberais sofre, no início do ano de 2020, um abalo sísmico com a eclosão da maior crise sanitária depois da gripe espanhola em 1918 – o surgimento do coronavírus, no mundo inteiro. A emergência do coronavírus vem provocando mudanças drásticas em todas as dimensões da vida humana e afetando de modo avassalador a economia e a sociabilidade. Outrossim, com a emergência do coronavírus o conhecimento científico passa a ser um ativo valioso, pois não se imagina uma saída para a crise sanitária ao largo da ciência e do conhecimento produzido em instituições de pesquisa e universidades.

Assim, neste contexto, considerando a realidade do Brasil e dos ataques feitos de forma sistemática às universidades públicas federais – de sua incapacidade e da falta de pertinência social – muitas questões se colocam: de que forma as universidades públicas federais, como instituições de ensino, pesquisa e extensão, diante dos cortes sucessivos de orçamento e de sobressaltos no seu cotidiano, estão contribuindo para o enfrentamento da crise sanitária em curso? Quais as ações que estão sendo implementadas? Que capacidades institucionais estão sendo mobilizadas?

Para tentar responder a essas perguntas, este Relatório de Pesquisa se estrutura da seguinte forma: além desta Introdução, em segundo lugar, traça um panorama, a partir de 2016, das políticas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) para as universidades públicas federais e as implicações para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão; em terceiro lugar, faz uma discussão sobre capacidades de gestão tendo como foco aquelas que podem ser mobilizadas e/ou construídas pelas universidades para o enfrentamento ao coronavírus; em quarto lugar, apresenta um levantamento

e avaliação do conjunto de ações postas em prática em todas as universidades, por Região, para o enfrentamento ao coronavírus; e, finalmente, tece considerações sobre as lições que podem ser aprendidas a partir das ações empreendidas pelas universidades públicas federais no contexto de pandemia.

---

## **2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS ADOTADAS PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS A PARTIR DE 2016**

Durante os governos petistas, em especial no Governo Lula (2003 – 2010), com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), Decreto 6096, de 24 de abril de 2007 e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), Decreto n.º 5.800, de 8 de junho de 2006, inserindo as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais no escopo de expansão de cursos superiores à distância – licenciaturas, bacharelados, tecnológicos, especializações e cursos de extensão, as universidades públicas federais tiveram um crescimento extraordinário – novos cursos de graduação e de pós-graduação foram criados, aumento expressivo de vagas, ampliação da área física com novas salas de aula e espaços para laboratórios, novos equipamentos, abertura de concursos para os quadros docente e técnico-administrativo.

Neste processo, as universidades públicas federais passaram a expressar de diferentes modos o processo de inclusão social, fruto da política de ampliação de vagas por consideração de cor, gênero, raça, renda. Neste sentido, papel importante teve a Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012 (Lei de Cotas), que garantiu a reserva de 50% das matrículas, por curso e turno, a alunos oriundos integralmente do ensino público e também procurando atender o critério de renda familiar (BRASIL, 2012).

O Relatório Final da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(das) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), vinculado à

ANDIFES, atesta essas mudanças do perfil dos alunos em consequência das políticas adotada em passado recente, como o REUNI, o Sistema de Seleção Unificado (SISU), do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e da Lei 12711/12 (Lei de Cotas).

“o percentual de alunos inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita “ até 1 e meio SM” cresceu 4.4 p.p ,alcançando 70,2 % do universo pesquisado.

Do total dos estudantes, 26,6% vivem em famílias com renda familiar per capita de “ até meio SM”, e 26,9% com renda per capita “ mais de meio a um 1 SM”. Neste sentido, mais da metade (53,5%) dos graduandos(as) pertence a famílias com renda mensal per capita “ até 1 SM” . Na faixa de renda per capita “ mais de 1 a 1 e meio SM” estão 16,6% . Inseridos na faixa “ Mais de 1 e meio SM” encontram-se 26,9% deste público e 3% não responderam” (FORUM NACIONAL DE PRÓ- REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. FONAPRACE, 2018, p. 43)

A pesquisa foi feita com a totalidade das universidades federais existentes até fevereiro de 2018, alcançando 1.200.300 (hum milhão duzentos mil e trezentos) discentes, distribuídos por 65 IFES e por 395 campi, ingressantes no período 2000-2018.

Importa registrar que a expansão das vagas públicas não inverteu a histórica participação da iniciativa privada no mercado educacional superior. Os governos Lula e Dilma, ao tempo em que assumiam o REUNI também criavam condições para viabilizar, através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos ( PROUNI), a ampliação e reconfiguração do mercado educacional privado com a entrada de grandes empresas nacionais e internacionais.



O percentual de vagas públicas no total de matrículas, em 2014, foi apenas 23,2% (PRESTES; SOUZA JÚNIOR, 2017).

“Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 19,627 bilhões, em 2003, para R\$ 47,626 bilhões, em 2016, um crescimento de 144,10 %. As despesas com o FIES e o PROUNI foram elevadas de R\$ 1, 565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016, um crescimento de 1.150,68%. (CHAVES et al, 2018, p. 6).

Estes dados revelam o aumento exponencial do financiamento público para a iniciativa privada quando comparado com o investimento nas universidades públicas. A expansão do mercado privado trouxe implicações diretas para a naturalização da concepção de educação como um serviço, objeto de transação comercial e financeira como qualquer outro serviço. Dado que as lógicas que presidem a educação pública e privada são distintas, um aspecto que não se pode perder de vista é o fato de que enquanto o investimento público (REUNI) foi traduzido em ampliação de cursos de graduação, programas de pós-graduação, laboratórios e em fortes ações de ensino, pesquisa e extensão em prol de toda a sociedade, o investimento público nas privadas (FIES/PROUNI) foi revertido predominantemente em expansão de vagas, com ínfimas replicações em extensão e quase nada em pesquisa.

A partir do impeachment de Dilma Rousseff, decorrente de um golpe parlamentar, jurídico e midiático, a nova coalizão política no poder produziu mudanças econômicas e políticas alinhadas com ideário ultraliberal cujos alicerces se encontram no Documento “Uma Ponte para o Futuro” da Fundação Ulysses Guimarães - PMDB, com reflexo imediato nos gastos públicos,

na educação de um modo geral e, mais especificamente, na educação superior. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015).

De lá para cá, podemos situar as mudanças com impactos para as universidades públicas federais de diferentes formas: a) cortes sucessivos de recursos que estrangulam a sua capacidade de manutenção e expansão de atividades; b) cortes nas agências Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), responsáveis pela formação e fomento à ciência e tecnologia; c) campanha sistemática de desqualificação das universidades públicas federais; d) concepção de educação instrumentalizadora e priorização das áreas de tecnologias em detrimento das áreas de humanidades e sociais; e) desrespeito à democracia interna das universidades e à sua autonomia; f) ataque às cotas; g) esvaziamento dos organismos de representação. Algumas medidas são de cunho administrativo e outras de natureza política. Mas, todas implicam em alterações no cotidiano das instituições, criam entraves à condução de suas inúmeras atividades, estabelecem um clima de incerteza na comunidade acadêmica, desestruturam atividades, inibem ações e impõem sérios prejuízos à normalidade da condução das atividades.

Sem seguir uma ordem cronológica, pois nos parece mais importante desvendar a lógica de desestruturação das universidades públicas federais em curso, examinar-se-á as principais medidas que produziram impactos expressivos em sua dinâmica a partir de 2016.

#### **a) Cortes de recursos orçamentários**

A medida de mais impacto nas contas públicas e, por conseguinte, nas políticas sociais, foi a aprovação da Emenda Constitucional (EC) n.º 95, de 16 de dezembro de 2016 – novo regime fiscal com um limite para os gastos do governo federal, que vigorará por 20 anos, com implicações na subtração de recursos do orçamento social para garantir compromissos com o capital rentista. A EC/95 trouxe para a educação, em particular, sérias limitações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024). Tendo como pano de fundo a restrição de gastos, o governo federal passou sistematicamente a praticar a política de cortes sucessivos no orçamento, ano após ano, com consequências para o funcionamento adequado das IFES – universidades e institutos federais.

O orçamento das IFES em 2017 “já representou corte significativo em relação ao de 2016 (6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa de expansão REUNI, 40,1% em capital, 3,15% do PNAES e mais 6,28% de inflação no período); (...) O orçamento para 2018, mantém os valores da matriz de 2017, reduz o REUNI em aproximadamente 11% e não recompõe a inflação do período, além de desconsiderar a expansão do sistema” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2017, on-line).

Como se constata, os cortes orçamentários além de não reconhecerem a inflação do período sacrificam a política de expansão de vagas públicas contribuindo para que o acesso ao ensino superior fique ainda mais distante para um contingente grande de jovens e comprometa o funcionamento das atividades já existentes de ensino, pesquisa e extensão e rapidamente

possibilite o sucateamento das suas estruturas físicas e de equipamento pelas dificuldades de manutenção e reposição.

A política orçamentária no ano de 2019, já na gestão do Governo Jair Bolsonaro, deu continuidade à política de cortes, agravando as condições de funcionamento das IFES uma vez que esse processo vem se dando ano após ano. Logo no início de 2019, através do Decreto 9.741, de 24 de março, o MEC anunciou o corte de 30% no orçamento para custeio e investimento das IFES – corte de 29,74% (R\$ 2,08 bilhões) do orçamento discricionário, corte de 26,9% no orçamento de custeio (R\$ 1,68 bilhões), corte de 53,83% em investimentos (R\$ 734,35 milhões) (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRN, 2019).

Após muitas mobilizações da comunidade acadêmica para que a Lei Orçamentária fosse cumprida, o MEC passou a falar não mais em cortes mas em contingenciamento. De qualquer modo, a incerteza só veio a se desfazer praticamente no final do exercício de 2019, quando muitas atividades já haviam deixado de ser realizadas, eventos e participação em congressos cancelados, cortes de pessoal terceirizado, cortes de bolsas, compra de material permanente e de insumos básicos adiada, cortes nas visitas técnicas essenciais à formação discente e missões de estudo, paralisação de projetos de extensão.

Essa política de contenção de gastos na forma de cortes e/ou contingenciamentos provocou severos prejuízos às atividades fins das instituições além de criar um clima de muita apreensão na comunidade universitária sobre a continuidade dos projetos de ensino, pesquisa e extensão em curso. Importa destacar que os efeitos dos cortes, por atingirem as atividades fins da instituição, não ficam restritos à comunidade interna.

A prestação de serviços que as universidades públicas fazem – atendimento jurídico, assistencial, ambulatorial, psicológico, médico, entre outros, também é afetada.

O ano de 2020 começou anunciando mais dificuldades, uma vez que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao prever a repartição do orçamento da educação em duas partes, uma dependendo de novo projeto de lei complementar a ser enviado pelo governo, já consagra de partida uma perda para a educação. Conforme Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico e Tecnológico (PROIFES), (2019a, on-line)

O orçamento inicial, previsto para aprovação imediata, que representaria a primeira parte (Rubrica Órgão 26), corresponderia, pela proposta do governo, a R\$ 101,2 bilhões, enquanto a segunda parte, equivalente a R\$ 24,1 bilhões (Rubrica do Órgão 93), seria liberada apenas após a aprovação, pelo Congresso Nacional, de novo projeto de lei de orçamento complementar a ser enviado pelo governo ao longo do ano.

Como a LOA de 2019 destinou um total de R\$ 121,9 bilhões, verifica-se um decréscimo nominal inicial de R\$ 20,7 bilhões. Essa diminuição atinge de maneira desigual o conjunto de IFES e demais unidades orçamentárias vinculadas ao MEC.

Constata-se assim um cenário de grande incerteza em relação ao financiamento da educação como um todo, com impactos diretos no orçamento das universidades públicas federais que já vêm acumulando perdas sucessivas como apresentado anteriormente.

## **b) Cortes na CAPES e CNPq**

A limitação orçamentária não se restringe ao orçamento de custeio e de capital das universidades públicas federais. Todo o sistema de formação de professores e pesquisadores e de incentivo à ciência e tecnologia é duramente afetado, com implicações igualmente danosas às universidades públicas que, naturalmente, têm nessas agências um suporte importante para o desenvolvimento de suas atividades de geração e disseminação do conhecimento.

Em relação à Fundação CAPES, “enquanto a LOA de 2019 destinou à instituição R\$ 4 bilhões, o PLOA 2020 prevê orçamento inicial de R\$ 2,20 bilhões, ou seja, 45% nominais a menos” (PROIFES, 2019a).

Os cortes orçamentários se refletiram na capacidade de formação de pesquisadores e produção de conhecimento, uma vez que a CAPES bloqueou bolsas de mestrado e doutorado que pertenciam a estudantes que haviam defendido suas pesquisas recentemente e seriam destinadas a outros alunos, alguns já aprovados e outros com processos seletivos em andamento, com o argumento de redirecionar recursos para fins mais produtivos e prestigiar os programas de pós-graduação melhor avaliados no país.

“Foram congeladas 4798 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado sendo 376 bolsas na região centro-oeste, 704 bolsas na região nordeste, 226 bolsas na região norte, 2593 bolsas na região sudeste e 899 bolsas na região sul.

Atualmente, a CAPES apoia cerca de 93,5 mil bolsistas na pós-graduação, além de 105 mil profissionais da educação básica e 245 mil beneficiados por programas em 750 cursos de 110 instituições, em cerca de 600 cidades brasileiras” (SAYURI, 2019b, on-line)

Esse cenário de cortes nas bolsas terá impacto severo na participação do Brasil no volume de artigos publicados entre os países. O crescimento expressivo no número de programas de pós-graduação nos últimos anos permitiu a ampliação da pesquisa e, com ela, diferentes formas de socialização do conhecimento produzido. “A base de dados aberta Scimago mostra que em 1996, o Brasil era o 21º entre 214 países no volume de artigos publicados, com 9.169. Em 2018, com 81.742 artigos, ficou em 14º entre 233 países” (BARIFOUSE, 2019).

Outro efeito direto do corte de bolsas é o aprofundamento das desigualdades regionais, uma vez as medidas atingem mais fortemente os programas situados nas regiões mais pobres. Estudo feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) das portarias publicadas pela CAPES em 2020 (números 18,20,21 e 34), que atingiu cerca de 6,8 mil programas de pós-graduação no país, revela o tamanho do corte.

“A comparação foi realizada entre a quantidade de bolsas de 2019 em relação às mudanças provocadas pelas portarias, em fevereiro e março deste ano. O levantamento descobriu que, com as novas regras, as bolsas permanentes tiveram queda de 10,4%, caindo de 77.629 para 69.508....

(...)

Do ponto de vista regional também fica nítida uma seletividade nos cortes: enquanto as regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste perderam, em média, 14% das bolsas permanentes, a região Sudeste perdeu apenas 7%.

Segundo Carvalho, as perdas atingem especialmente os programas com conceito 3 e 4, que perderão até 40% das bolsas permanentes... (MADEIRO, 2020, on-line).

Em relação ao CNPq, em julho de 2019, já havia se tornado evidente a dificuldade da agência de pagar os cerca de 84 mil pesquisadores, responsáveis por 90% de toda a produção científica realizada no Brasil, que ocorre especialmente na pós-graduação, em função dos cortes praticados. “O valor do orçamento é 22% menor dos que os R\$ 998,1 milhões do ano passado, corrigidos pelo IPCA, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, quando foram promulgadas as leis orçamentárias de cada ano” (BARIFOUSE, 2019).

No que se refere ao orçamento para o fomento científico, ano de 2020, a redução é enorme com sérios prejuízos para as pesquisa em andamento, novos projetos, consolidação de áreas e grupos de pesquisa, inserção do país no mundo globalizado.

“De todo o montante de R\$4,9 bilhões destinados ao FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), 87,7% estão congelados e não poderão ser usados. (...) O que significa dizer que do total disponível, aproximadamente R\$ 4,9 bilhões, apenas R\$ 600 milhões estão de fato liberado para custear a ciência no Brasil. (...)

No caso específico dos recursos previstos para o CNPq, o fomento científico também acabou prejudicado. Existe uma previsão total, incluindo o crédito condicionado à



quebra da chamada regra de ouro, ou seja, ele só pode ser usado se este investimento não colocar em risco o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de R\$ 19,9 milhões. Um valor 84,4% menor do que o previsto do orçamento do ano passado” (GERAQUE, 2020, on-line).

Os dados acima evidenciam de modo cristalino a forma míope como o governo federal enxerga a ciência e a tecnologia para desenvolvimento do país. Em um mundo em que o conhecimento é o ativo mais valioso, um corte dessa magnitude condena o Brasil a uma posição secundária e sem importância no mundo globalizado. O orçamento federal para ciência e tecnologia (C&T), já vinha regredindo ano a ano, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o que acentua o impacto dos cortes atuais e seus efeitos para a pesquisa.

O orçamento previsto para o MCTIC na lei orçamentária, que alcançou quase R\$23 bilhões em 2015 chegou a menos de R\$ 14 bilhões (ou 0,42% do orçamento total) em 2019: uma queda real de 40% em quatro anos. Contudo, o ano de 2015 é um ponto extremo da série, na qual os gastos públicos estavam muito elevados. Ainda assim, o orçamento do ministério em 2019 é inferior ao de 2005 (DE NEGRI; KOELLER, 2019, p. 7).

Além dos cortes, a comunidade científica foi surpreendida com a intenção do governo de fusão das agências CAPES e CNPQ, iniciativa repudiada por 40 entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas do Brasil, que consideram uma medida prejudicial à formação de pesquisadores e ao fomento da ciência, uma vez que as agências têm objetivos distintos. A fusão aprofundará toda a crise vivenciada pela falta de recursos, na medida em

que cria um vácuo na estrutura decisória pelas indefinições naturais de competência que surgiriam.

Além dessas restrições, impostas pela CAPES e CNPQ às atividades de formação e pesquisa nas IFES, em dezembro de 2019, mais precisamente no dia 31, foi publicada outra Portaria que atingiu duramente a forma de construção do conhecimento, que tem na interação e diálogo constante com os pares, nacionais e internacionais, seus pilares básicos. Trata-se da Portaria 2227, que entre outras coisas, restringia a participação de pesquisadores em feiras, fóruns, seminários, congressos, simpósios, grupos de trabalho. Apenas dois representantes por unidade em eventos nacionais e um só para eventos no exterior. O entendimento de que essa restrição inibia o processo de internacionalização e o intercâmbio da comunidade científica motivou carta da Academia Brasileira de Ciência (ABC) e SBPC, endossada por quase 60 entidades científicas ao Ministro da Educação com pedido de sua revisão.

Entre outras considerações, a carta expressava a preocupação com a mobilidade dos pesquisadores, a impossibilidade de discussão com os pares das pesquisas em andamento, empobrecimento da formação do jovem cientista, a inviabilização das reuniões anuais de diversas sociedades científicas, prejuízos à internacionalização (PROIFES, 2020a). Essa Portaria acabou tendo o artigo que fazia essa restrição revogado pela Portaria Nº 204, de 06 de fevereiro de 2020. No entanto, há um desperdício de tempo e energia para solução da questão e, um acirramento das tensões existentes entre o MEC e IFES.

Sabe-se que, via de regra, as atividades de pesquisa naturalmente demandam tempo para sua realização e, por essa razão, estão entre as atividades que sofrem muito com os cortes orçamentários, de bolsas e de ausência de apoio para

criação de uma infraestrutura básica. Importa reter também que a formação de grupos de pesquisa, a constituição de redes de pesquisa, a troca de informações entre os pares em eventos de natureza científica diversa são, igualmente, fatores definidores de uma determinada competência em uma área do conhecimento dada a transversalidade do conhecimento e, que essas ações também são prejudicadas pela ausência de estímulos à realização da atividade de pesquisa pela redução drástica de investimento em ciência e tecnologia, pelos cortes de bolsas de mestrado e doutorado, pela paralisação de projetos em andamento, pela impossibilidade de iniciar novos projetos. Para Araújo (2006), sem definição de políticas públicas de pesquisa e formação de pessoal; gestão e apoio aos programas de pesquisa e pós-graduação; formação de pessoal em nível de pós-graduação; inovação tecnológica; educação para a ciência; constituição de uma estratégia de capacitação e melhoria da infraestrutura para pesquisa e, ao mesmo tempo, de aproximação entre o sistema acadêmico e a sociedade, fica difícil para as universidades públicas federais cumprirem seu papel na produção e disseminação do conhecimento.

**c) Ambiente de desqualificação das universidades públicas federais e defesa de uma concepção de educação alinhada ao mercado**

Desde o início do governo Jair Bolsonaro iniciou-se uma política sistemática de desqualificação das universidades públicas pelo MEC quanto à sua produção intelectual, qualidade dos seus cursos de graduação, de suas pesquisas, acusações diversas aos professores e estudantes, produtividade das áreas e, em especial, ataques à área de humanidades. As universidades

são consideradas locais de balbúrdia e de plantações de maconha e de fabricação de drogas sintéticas, segundo o Ministro da Educação Abraham Weintraub. Os ataques contínuos motivaram, em novembro de 2019, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) a emitir uma Nota Pública que, entre outros pontos, destacava:

(...)

Se o Sr. Ministro da Educação busca, mais uma vez, fazer tais acusações para detratar e ofender as universidades federais perante a opinião pública, mimetizando-as com organizações criminosas, ele ultrapassa todos os limites da ética pública, indo aliás muito além até de limites que já não respeitava. Nesse caso, o absurdo não tem precedentes. De outro lado, se o Sr. Ministro, enquanto autoridade pública, efetivamente sabe de fatos concretos, sem todavia apontar e denunciar às autoridades competentes de modo específico onde e como ocorrem, preferindo antes usá-los como instrumento de difamação genérica contra todas as universidades federais brasileiras, poderá estar cometendo crime de prevaricação. Assim, diante dessas declarações desconcertantes, a ANDIFES está tomando as providências jurídicas cabíveis para apurar eventual cometimento de crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação (PROIFES, 2019c, on-line)

O clima de tensão entre MEC e universidades públicas, dificulta a interlocução para enfrentamento dos problemas das instituições. A ausência de interlocução tem sido a marca da gestão do MEC que tem protagonizado um embate com “inimigos imaginários” e contribuído para ampliar as dificuldades de gestão. Expressão maior da falta de interlocução com

as universidades e sua comunidade acadêmica foi a apresentação do Programa FUTURE-SE, em julho de 2019, visto como uma alternativa para o financiamento das universidades públicas federais a partir de uma visão tecnicista e instrumentalizadora da educação. A introdução de conceitos próprios do mundo corporativo, a lógica de mercado, a priorização das relações das instituições com o setor produtivo, ausência de uma preocupação com uma formação cidadã, entre outros, foram aspectos rejeitados pela comunidade universitária que percebeu o Programa como um ataque à universidade pública. Neste momento, foi encaminhado ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se” (MENSAGEM Nº 302..., 2020).

O FUTURE-SE deve ser compreendido dentro da lógica de contestação de uma educação emancipadora que encontra ressonância nas proposições da Escola sem Partido, de desresponsabilização do Estado em relação à educação e de valorização do mercado como regulador das demandas sociais. Assim, torna-se natural desprestigiar as humanidades e ciências sociais, vistas como áreas questionadoras em demasia dos problemas sociais. Sistemáticamente, há por parte do governo federal um desprezo pela produção acadêmica dessas áreas, em um movimento iniciado ainda com o governo Michel Temer, com a tentativa de retirada dos conteúdos obrigatórios de Filosofia e Sociologia do Ensino Médio por meio da Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. Felizmente, a tentativa foi mal sucedida em virtude da reinserção da obrigatoriedade desses conteúdos para o Ensino Médio – ainda que não como disciplinas – na oportunidade de sua conversão na Lei Ordinária Federal n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

É nesse ambiente que também deve ser compreendida a Portaria Nº 1122, de 19 de março de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023, a fim de alinhar a atuação ministerial ao Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023 . As Áreas de Tecnologias Estratégicas são: Espacial, Nuclear, Cibernéticas e Segurança Pública e de Fronteira; Tecnologias Habilitadoras: Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Materiais Avançados, Biotecnologia e Nanotecnologia; Tecnologias de Produção: Indústria, Agronegócio, Comunicações, Infraestrutura e Serviços; Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável: Cidades Inteligentes, Energias Renováveis, Bioeconomia, Tratamento e Reciclagem de Resíduos Sólidos, Tratamento de Poluição, Monitoramento, prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais, Preservação Ambiental; Tecnologias para Qualidade de Vida: Saúde, Saneamento Básico, Segurança Hídrica e Tecnologias Assistidas. No Art. 8º, inciso III, § 1º , a Portaria disciplina que a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deverão promover os ajustes e adequações necessários nas respectivas linhas de financiamento e de fomento para incorporar em seus programas e ações as prioridades estabelecidas na presente Portaria.

Observe-se que as Áreas de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Básicas não foram contempladas. É claro que essas áreas são fundamentais ao desenvolvimento. No entanto, retirar as Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Básicas da possibilidade de apoio revela uma visão limitada

sobre a transversalidade do conhecimento e a importância da contribuição dessas áreas para o desenvolvimento da sociedade. Com essa medida, o CNPq impede aos alunos dessas áreas o acesso à experiência formativa da pesquisa e o acesso à cultura da iniciação científica. Essa Portaria provocou Nota do PROIFES nos seguintes termos:

(...)

Mais preocupante, contudo, é o seu teor, ao definir as prioridades dos projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e inovações para os próximos anos. O documento apresenta uma visão estritamente utilitarista e economicista de ciência, canalizando os recursos do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), em especial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para áreas que supostamente teriam maior potencial de aceleração do desenvolvimento tecnológico atentando assim contra a filosofia de diversificação dos investimentos que sempre pautou a distribuição dos recursos para a pesquisa no Brasil.

Caso a Portaria prospere as ciências humanas, ciências sociais e ciências básicas serão jogadas definitivamente na marginalidade. Trata-se de mais uma medida de desmonte de um sistema que vem sendo estruturado há mais de sessenta anos e, embora possível de aprimoramento, e referência internacional, por sua robustez e engenhosidade. (PROIFES, 2020b, on-line).

O movimento de diversas entidades levou à emissão da Portaria 1329, de 27 de março de 2020, alterando a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, para incluir no Art. 2º o Parágrafo único. “São também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa

básica, humanidades e ciências sociais que contribuam para o desenvolvimento das áreas definidas nos incisos I a V do caput.” Conforme pode se constatar ainda permaneceu uma posição secundária dessas Áreas uma vez que os projetos somente serão contemplados se contribuírem para o desenvolvimento das demais áreas.

Notícia do Jornal Folha de S. Paulo, edição de 18 de junho de 2020, atesta a política deliberada de redução do espaço das áreas de humanas via alocação de recursos e bolsas de pesquisa. “Weintraub interveio em março para alterar regras de concessão de bolsas recém-criadas pelo órgão. Por visão ideológica, exigiu redução no fomento à humanas. As bolsas para a área caíram 17% neste ano” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020, on-line).

#### **d) Desrespeito à democracia interna e autonomia das IFES e restrição às representações da comunidade**

Na mesma linha de tensionamentos constantes, o governo edita a Medida Provisória (MP) 914/2019, de 24 de dezembro, que dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. A MP modifica o processo de escolha de dirigentes desrespeitando a democracia interna construída há muitos anos e ataca a autonomia universitária. Observe-se a lógica do confronto que preside a emissão da Portaria – mudar todo o processo de escolha de dirigentes construído ao longo dos anos com a ampla participação da comunidade universitária através de uma Medida Provisória com efeitos imediatos para garantir a nomeação de reitores afinados ideologicamente com o governo federal. A modificação das regras existentes dificulta a participação da comunidade universitária



nos processos decisórios e o acolhimento da pluralidade político-ideológica que caracteriza a instituição universidade.

A MP caducou no início de junho de 2020 e levou o governo a editar um novo texto, ainda em junho de 2020, com autorização para o ministro nomear os dirigentes das instituições sem a ocorrência de eleições enquanto durasse a pandemia. A iniciativa recebeu o repúdio de entidades (ANDIFES e Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Ensino (Conif) e partidos políticos (PSB, PCdoB, PDT, Rede, PT, PV, PSOL e Cidadania ingressaram com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF) por entenderem que a mesma fere a autonomia universitária e é inconstitucional. A MP foi devolvida pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, pela sua inconstitucionalidade, levando à sua revogação pelo Presidente Jair Bolsonaro. Todos esses fatos revelam a ausência de diálogo com as instituições e a política permanente de conflito e tensões.

Com a mesma preocupação de restringir a participação, em 06 de fevereiro de 2020, o MEC edita a Portaria 207 que altera as representações do Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC) da classe do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), anteriormente regulamentado pela Portaria 491, de 10 de junho de 2013. As alterações levaram à supressão das representações dos trabalhadores da educação federal, da CAPES e da comunidade. Aqui, deve-se perguntar qual o objetivo de tal mudança pois as representações retiradas eram aquelas que, majoritariamente, agregavam ao processo mais legitimidade derivada de uma discussão centrada em saberes e competências.

**e) Ataque à política de cotas de reservas de vagas em programas de pós-graduação**

No último dia de sua permanência no MEC (18 de junho de 2020), o Ministro Abraham Weintraub publicou a Portaria 545/2020 revogando a Portaria Normativa 13/2016 que definia reserva de vagas em programas de pós-graduação nas instituições federais de ensino superior, nível de mestrado e doutorado, para pessoas com deficiência, negros e indígenas. A reserva de vagas faz parte de uma política de inclusão para ampliar a diversidade e permitir o acesso a pessoas com dificuldades históricas de inserção nas universidades brasileiras de modo a reduzir desigualdade de acesso e oportunidade educacional. Apesar de não existir obrigatoriedade a existência da Portaria Normativa favorecia claramente a inclusão como mostra Venturini (2020, on-line):

“Dados coletados em minha pesquisa de doutorado deixam claro o papel indutor da portaria. Em 2015, apenas três universidades haviam aprovado resoluções estabelecendo que todos os seus programas de pós-graduação deveriam ter ação afirmativa: a Uneb (Universidade do Estado da Bahia), que o fez em 2002; a UFG (Universidade Federal de Goiás) e a UFPI (Universidade Federal do Piauí), ambas em 2015. Em 2017, mais 14 universidades o fizeram.”

A revogação da Portaria deve ser vista como mais uma iniciativa contrária à diversidade e às ações afirmativas e mais um ataque às políticas praticadas pelas universidades públicas federais. O repúdio à iniciativa levou o governo a publicar a Portaria Nº 559, de 22 de junho de 2020, revogando a Portaria 545/2020.

Como é fácil de constatar nenhuma das iniciativas acima descritas buscou responder aos problemas enfrentados pelas

universidades públicas federais a partir de sua diversidade, regionalização, tempo de existência, estágio de desenvolvimento. Essas medidas foram tomadas assumindo-se como pressuposto que as universidades representam um gasto desproporcional e que além de perdulárias não fazem ensino e pesquisa de qualidade. Como afirma, Glauco Arbix,

“Corremos o risco de que as universidades acabem degradando sua atividade”, receia Glauco. O que pode destruir o sistema de produção do conhecimento no país com “um impacto muito grande na formação de gente, na formação de professores, e com certeza, em todo o sistema educacional brasileiro”. O professor também fez um alerta sobre diminuir a importância da ciência ou pior, negar que haja produção de qualidade no Brasil. “Não existe país desenvolvido, avançado sem uma educação e uma ciência de qualidade. Temos que ter muito cuidado para não repetir erros passados e achar que podemos sobreviver sem o estímulo e o incentivo da produção de conhecimento relevante”.

(...)

“A política que se expressa apenas pelos cortes, e que a gente se sente muito impotente diante deles, é uma política que não tem a transparência [necessária] que precisamos ter para pensar o país. Ela é muito ruim, muito negativa. Ela tem um impacto negativo sobre a moral da gente, sobre a maneira que a gente se estrutura, como a gente trabalha. O que é difícil aceitar é que as universidades, os centros de pesquisa entrem em processo de degradação porque isso é uma tragédia que nós vamos colher frutos ruins, negativos daqui a 10 ou 15 anos”. (PROIFES, 2019d, on-line).

Contata-se assim que há um esforço deliberado de desestruturar o sistema federal de educação superior público

construído ao longo dos anos. Todas essas iniciativas revelam que as universidades públicas federais vêm sofrendo de modo sistemático um ataque que ameaça o seu papel estratégico para o desenvolvimento do país ao tempo em que criam condições para a desresponsabilização do Estado com seu financiamento.

As iniciativas mais recentes – as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) 186, 187 e 188, vinculadas ao Plano Mais Brasil, ainda não aprovadas, centradas em desvincular, desobrigar e desindexar as despesas públicas não deixam dúvidas em relação a esse propósito. Senão vejamos:

A PEC 186/2019 dispõe sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, sempre que a despesa corrente superar 95% da receita corrente. Propõe várias medidas de ajuste das contas públicas, desde limites de despesas com pessoal, suspensão de progressão na carreira, proibição de concursos, vedação a pagamento de certas vantagens e redução da jornada com redução de salário (em até 25%), suspensão da criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários (BRASIL, 2019a).

A PEC 187/2019, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 04 /03/2020, propõe a extinção dos fundos públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios criados até 31 de dezembro de 2016, caso eles não sejam ratificados por meio de lei complementar até o fim de 2022. O argumento do governo é de que há quase R\$ 220 bilhões retidos em 248 fundos, dificultando a gestão das políticas públicas e que “essa proposta de Emenda Constitucional, no âmbito da União, permite a desvinculação imediata de um volume apurado como superávit financeiro da ordem de R\$ 219

bilhões, que poderão ser utilizados na amortização da dívida pública da União” (BRASIL, 2019b).

O relatório aprovado pela CCJ preservou alguns fundos, a exemplo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro – Oeste. Os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Fundo Nacional de Saúde são constitucionais e não serão extintos. Estes fundos, até este momento da tramitação da PEC preservados, são da maior importância para a educação, ciência e tecnologia que se eliminados produzirão ainda mais dificuldades para as políticas públicas. A supressão de outros fundos significarão também um desmonte das políticas garantidoras de direitos da cidadania. Observe-se aqui que a proposta original do governo feria frontalmente as condições de financiamento da ciência e da tecnologia, representando um outro ataque à educação.

Por sua vez, a PEC 188/2019 modifica vários artigos da Constituição Federal (CF)/88 para criar novos instrumentos de ajuste fiscal e responsabilizar os gestores pelas contas públicas. Entre os argumentos apresentados como justificativa destaca-se:

“Estados e Municípios também não têm liberdade na gestão dos seus recursos, pois além da elevada participação dos gastos com salários e previdência (60% da RCL em média), possuem, ainda, vinculações constitucionais para a despesa mínima nas áreas de saúde e educação (37% da RLI, sendo 25% para educação e 12% para saúde). Assim, um dos principais objetivos da Proposta de Emenda à Constituição é a flexibilização

das despesas, devolvendo ao parlamento o protagonismo sobre decisões orçamentárias da União, Estados e Municípios tanto dentro do exercício, desvinculando e desobrigando despesas, e ao longo do tempo através de desindexação. Esta PEC desindexa, desobriga e desvincula, conferindo maior flexibilidade aos orçamentos públicos (grifos nossos).

Dentre as medidas temos: i) mínimo conjunto de saúde e educação; ii) redução da parcela PIS/Pasep que destinada ao BNDES para 14%; iii) desindexação do reajuste de emenda parlamentares; iv) supressão da obrigatoriedade de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos; e v) extensão da vedação de vinculação de receitas a órgão, fundo ou despesa, hoje prevista apenas para impostos, para qualquer receita pública, observadas determinadas exceções” (BRASIL, 2019c, on-line).

Eliminar a vinculação constitucional da saúde e da educação é um dos ataques mais duros já desferidos contra direitos fundamentais e constituem um ataque sem precedente ao pacto social firmado pela CF/88. A narrativa do governo é a de que não há saídas para a crise fiscal do Estado que não sejam as políticas de austeridade. Toda a argumentação é feita sem considerar o lado das receitas. Assim, deixa-se fora da discussão um conjunto de medidas que poderiam ser tomadas para superação e/ou minimização da crise fiscal, a exemplo de uma reforma tributária progressiva que taxasse renda e patrimônio, taxaão de grandes fortunas, rediscussão dos subsídios dados a vários setores da economia, renegociação da dívida pública.

Importa registrar que a subtração de recursos da educação assim como das demais políticas sociais não é algo novo. A disputa pelo fundo público tem sido ganha pelo capital financeiro, impedindo a concretização das promessas feitas pela CF/88.

“No período de 2003 a 2016, foram destinados, cumulativamente, por meio do Orçamento da União, R\$ 15,118 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento). Esse montante representou, em média, quase metade (47,12%) dos recursos orçamentários da União destinados a todas as áreas de atuação governamental (R\$ 32,084 trilhões). O montante destinado à dívida pública representou 17 vezes mais que os recursos destinados à função educação (R\$ 873,019 bilhões), 12 vezes mais que os recursos destinados à saúde (R\$ 1,2145 trilhões) e 19 vezes mais os recursos destinados à assistência social (R\$ 801,351 bilhões) (CHAVES et al, 2018 , p. 4).

Os dados acima revelam a clara opção que distintos governos têm feito para priorizar o pagamento da dívida pública em detrimento do financiamento dos gastos sociais. No caso específico da educação, o exame do conjunto das PECs 186,187 e 188 revela um acentuado esforço por parte do governo para substituir a concepção de educação como direito, de responsabilidade do Estado, para consagrar a educação reduzida a uma perspectiva econômica a ser gerenciada pelas forças do mercado.

A esse respeito, o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) deu a seguinte Nota:

“Seguindo a lógica da Emenda Constitucional 95 aprovada em 2016, que congelou por vinte anos a destinação dos recursos públicos para as áreas sociais, as PECs 186,187 e 188 do governo Bolsonaro, buscam reduzir ainda mais os direitos sociais ao propor, dentre outras medidas: revogar todos os fundos estabelecidos pela legislação inclusive os que possuem recursos específicos para a ciência e a tecnologia; acabar com a vinculação dos recursos financeiros para saúde e

educação, de forma independente, instalando uma perversa disputa entre essas duas áreas essenciais para o povo brasileiro; reduzir jornadas e salários de servidores públicos em 25%, e ao mesmo tempo, impedir novas contratações, se determinadas condições ocorrerem na economia brasileira; desobrigar os entes federados de expandir a rede pública de educação possibilitando o uso de recursos públicos da educação básica para a rede privada, acelerando os processos de privatização e financeirização da educação” (FORUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO, 2020, on-line).

A análise em conjunto de todas essas iniciativas revela, em que pese o curto espaço de tempo do governo Jair Bolsonaro, que o processo de desmonte das universidades públicas federais é sistemático e com impactos crescentes em sua capacidade de contribuir para solução dos problemas sociais, econômicos, tecnológicos, científicos do Brasil e coloca várias indagações diante da grave crise sanitária atual: que capacidades de gestão as universidades públicas têm conseguido mobilizar? que respostas vêm sendo dadas para a sociedade e que lições podem ser extraídas desse desafio?

A seção seguinte aborda o tema capacidades de gestão tendo como pano de fundo as dificuldades vivenciadas atualmente pelas universidades públicas federais.



---

### 3 CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES PARA O ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

As Universidades Públicas Federais são estruturas complexas que articulam um conjunto de atividades diferenciadas, tanto de natureza acadêmica quanto administrativa ao tempo em que lidam com uma multiplicidade de atores e de objetivos, em áreas distintas do conhecimento e em contextos de grande incerteza e de mudanças profundas nas relações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas.

Sua ação tem amplo alcance – no ensino, na pesquisa e na prestação de serviços coexistindo em um único espaço múltiplas organizações – ambientes hospitalares, laboratórios, escolas de música, ambientes de ensino em áreas distintas, museus, editoras, etc ., com racionalidades distintas.

Essa racionalidade pode ser analisada na perspectiva da relação indivíduo-organização, da relação intraorganização e da relação interorganizacional que para Harmon e Mayer (1999), constituem três campos da organização pública que mobilizam a ação administrativa e permitem não só uma lente analítica em cada um dos campos como uma lente ampliada para revelar a interconexão entre os campos.

“El en campo interorganizacional, el administrador público actúa como representante o agente de una organización que visita, habla, discute y trata con agentes similares de otras organizaciones. (..) El segundo campo es el intraorganizacional, donde el lenguaje suele ser el del organograma, ele de quién manda a quién. (...)”

El tercer campo es el de la organización frente al individuo, en el que el administrador público – de nuevo actuando como agente-enfrenta, dirige, persuade y trata con otros individuos que se hablan dentro (colaboradores, subordinados, superiores) y fuera (clientes, ciudadanos)” (HARMON; MAYER, 1999, p. 56-57).

Em cada uma desses campos e com intensidade distinta são mobilizadas diferentes capacidades para lidar com ambientes e problemas complexos uma vez que cada campo exige uma diversidade de funções, tarefas, estruturas, medidas de desempenho e metas, interlocutores distintos, variedade de valores e crenças, desenhos diversos, motivação, relações de trabalho, entre outros aspectos que demarcam cada campo analítico.

As capacidades são construídas a partir de diferentes processos organizacionais que asseguram a continuidade da organização e uma direção no tempo, articulando e criando uma dinâmica recursiva, sendo reiniciados e reiterados de modo contínuo. Para Etkin (2000), os processos podem ser: políticos e de poder, de condução e decisão, de influência e motivação, de comunicação e significação, de operações básicas e de avaliação e controle, diferenciando-se a partir dos recursos que manejam sejam de ordem material ou simbólica. Assim, os processos articulam disponibilidade de recursos, regras, normas, distribuição de tarefas, divisão de trabalho, arenas de discussão e deliberação, liderança, conhecimento, estrutura, poder decisório, entre outros aspectos, para implementar a política institucional. Pode-se pois afirmar que a capacidade de gestão de uma instituição se expressa pelos processos configurados e reconfigurados em um determinado ambiente normativo que põe balizamentos para o desenho das políticas que irão operacionalizar as decisões administrativas e acadêmicas.

Nas universidades públicas, a capacidade de gestão pode ser analisada a partir das dimensões burocráticas e acadêmicas. A primeira mais vinculada ao trabalho técnico de apoio às atividades-fins da instituição e que se espalha pelas diferentes áreas administrativas – finanças, patrimonial, compras, gestão de recursos humanos, gestão acadêmica, informática, etc. A segunda mais centrada na figura do professor que domina um conhecimento específico em uma determinada área de conhecimento. É claro que na dinâmica das universidades essas dimensões não são estanques pois é possível afirmar que na dimensão burocrática há um conhecimento muito especializado e que na dimensão acadêmica também há uma apropriação do saber técnico administrativo, inclusive com os docentes assumindo cargos de gestão. Feitas tais ressalvas, essas duas dimensões analíticas ajudam a demarcar o terreno em que as forças indivíduo-organização, intra e interorganizacional influenciam e explicam a capacidade de gestão institucional.

Uma lente de aproximação para compreensão melhor desse tema pode ser o trabalho de Gomides e Pires (2014) que ao discutirem a ação pública envolvida na implementação das políticas públicas, compreendem que a capacidade de gestão pode ser analisada na perspectiva de dimensões técnico-administrativo e político-relacional e seus componentes. É claro que o olhar aqui é o da ação pública dos agentes do Estado. No entanto, as duas dimensões – técnico-administrativa e política da ação pública também podem ser associadas às dimensões burocráticas e acadêmicas encontradas nas universidades, uma vez que a materialização das atividades-fins – ensino, pesquisa e extensão – demandam fortemente esses componentes na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas e, assim sendo, podem perfeitamente, por analogia,

serem usadas como dimensões analíticas capazes de evidenciar a capacidade de gestão das universidades públicas.

A capacidade técnica no caso das universidades públicas federais deve ser analisada de forma ampla pois pode ser mobilizada tanto na atividade administrativa quanto na atividade acadêmica. Na primeira, ela se desdobra na capacidade de planejamento, formulação, monitoramento e avaliação das políticas e práticas de gestão e, por essa razão, envolvem atores situados em diferentes órgãos e/ou instâncias da estrutura organizacional, espalhando-se ao longo da cadeia hierárquica de autoridade e responsabilidade. Ela diz respeito também aos recursos que são mobilizados para o alcance de objetivos – corpo docente, discente e técnico-administrativo, tecnológicos, financeiros, informacionais, materiais, patrimoniais. Aqui, o foco reside na articulação entre recursos diversos para obtenção de resultados nos processos das atividades fins e meios. Também se pode falar de capacidades técnicas aquelas que definem a separação de funções na estrutura organizacional. Na dimensão acadêmica, a capacidade técnica refere-se à *expertise* do conhecimento que cada docente/ discente ou técnico mobiliza para desempenhar suas funções no ensino, na pesquisa e na extensão. O conhecimento é aqui a variável fundamental para explicar a *expertise* em determinada área e/ou assunto.

Por sua vez, a capacidade política-relacional é intrínseca à vida universitária vez que suas estruturas de decisão são colegiadas com participação de múltiplos atores, exigindo a necessidade de buscar o consenso a partir do debate das ideias. Assim, negociações, articulações, formação de coalizões balizam o cotidiano das instituições em torno dos mais variados assuntos. É claro que essa capacidade não se distribui da mesma forma na instituição, podendo se apresentar de forma distinta

entre unidades e/ou grupos com consequências para priorização de atividades, alocação de recursos e diretrizes institucionais. Há que se registrar também que a capacidade política faz parte das relações interorganizacionais, seja para negociação de projetos, de recursos, de articulações diversos com setores da sociedade. A capacidade política institucional se materializa nas relações que a instituição estabelece com a sociedade.

Essas duas grandes dimensões da capacidade de gestão são mobilizadas em torno dos objetivos traçados para alcance de resultados. É claro que todo este esforço não se faz em abstrato mas em um contexto onde se imbricam demandas, recursos, fragilidades, incertezas de toda ordem e racionalidades distintas. De grande utilidade para essa discussão, por analogia e também derivada do modelo analítico de capacidades de gestão (Gomides & Pires, 2014), é a compreensão de que as capacidades de gestão derivam dos arranjos institucionais onde interagem a burocracia e os atores do sistema representativo, participativo e de controle. Infere-se pois que a constituição dos arranjos institucionais é algo dinâmico que sofre a ação de forças internas e externas. Logo, tratando-se da multiplicidade de ações em áreas distintas do conhecimento nas universidades públicas federais, haverá muitos e variados arranjos institucionais para implementação das políticas institucionais. Importa reter que forças internas e externas, agem no tempo modificando os arranjos, as condições e a forma pela qual os recursos de toda ordem são mobilizados. Entre outras forças, o ambiente institucional que define as regras mais gerais de funcionamento dos sistemas dos sistemas político, econômico e social.

Assim é possível afirmar que cada universidade pública federal apresenta determinadas capacidades de gestão. Estágios de desenvolvimento, tempo de criação, qualificação do corpo

docente, número e tamanho dos campi , atividade de pesquisa consolidada, entre outros aspectos, constituem fatores explicativos da forma como a gestão se realiza e as respostas possíveis aos problemas colocados. Importa reter, no entanto, que as universidades públicas federais estão sujeitas às mesmas normas que, em diversas situações, são limitadoras de suas ações. Desse modo, pode-se falar de diversidade na forma como operam mas a partir de um mesmo contexto de restrições e ameaças.

No ano de 2020, as universidades públicas foram impactadas com a emergência do coronavírus e da grave crise sanitária daí decorrente, levando-as à suspensão de aulas e de atividades, institucionalização do trabalho remoto, paralisação de pesquisas e de projetos de extensão, adiamento de eventos científicos e de outras tantas atividades de prestação de serviços e, colocando em sua agenda, a preocupação em produzir respostas para ajudar a combater o coronavírus, debelar sua propagação e minimizar seus efeitos. Sendo as universidades públicas federais, por excelência, o *locus* da produção e socialização do conhecimento, o tema capacidades de gestão das universidades públicas no contexto da crise sanitária desencadeada pelo coronavírus, ganhou centralidade.

Um exame rápido sobre o crescimento da pós-graduação nas universidades publicas federais mostra o esforço feito, nos últimos 15 anos, na construção de competências diversas que podem ser mobilizadas de diferentes formas para apoiar ações de combate ao coronavírus.

“De 2004 a 2018, o número de docentes pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação de instituições federais cresceu 192%. Em 2018, 62.662 docentes estacam vinculados aos programas de instituições

públicas.O número de discentes matriculados nos programas de pós-graduação cresceu 198% entre 2004 e 2018, passando de 57.3349 alunos para 170.803 em 2018).” (...)

Áreas importantes no combate à COVID-19, como a de Saúde, de Ciências Biológicas e de Engenharia , tiveram crescimento superior a 60% no período de 2004 a 2018. A Área de Saúde cresceu 81, 3% entre 2004 e 2018, sendo a maior área em termos de número de programas em instituições federais com 338 cursos de mestrado e doutorado. A Área de Ciências Biológicas, outra importante área no combate à doença, teve um crescimento de 64,4% no número de cursos nas instituições federais. A Área de Engenharia teve um crescimento de número de programas de 80,18% entre 2004 e 2019 (Ministério de Educação, 2020), uma área central ao desenvolvimento de equipamentos de proteção individual e respiradores (PANIZZON et al 2020, p. 637).

Todo esse esforço de formação e de pesquisa certamente faz das universidades públicas federais o *lócus* por excelência do conhecimento científico com capacidade de geração de patentes, artigos, parcerias diversas para interlocução de saberes e resultados demandados pela sociedade.

A capacidade de gestão no combate ao coronavírus pode ser analisada, na convergência de duas dimensões técnico-administrativa e político-relacional em arranjos institucionais que mobilizam recursos, atores, informações, tecnologia, conhecimento científico, pessoas, materiais e patrimônio.

No plano das capacidades técnicas poder-se-ia citar: a) a capacidade de pesquisa; b) capacidade de criar e disseminar informações diversas à população sobre o vírus e seus impactos sociais; c) capacidade de produção de insumos para o combate e monitoramento do coronavírus; d) capacidade de realocar

recursos diversos para apoiar o combate ao coronavírus; e) capacidade formativa técnica; f) capacidade de criar soluções de gestão para apoiar as iniciativas de combate ao coronavírus e desenhar políticas públicas. Já no plano político-relacional, a capacidade de parcerias com outros órgãos, empresas e ou entes governamentais e estabelecer trabalhos conjuntos de natureza variada. É claro que o componente político-relacional também está presente para execução do conjunto de atividades técnicas. Apresentamos de forma separada apenas para facilitar a compreensão, mas é fundamental entender que as capacidades técnicas envolvem componentes políticos para sua viabilização.

A seguir, examinar-se-á cada capacidade tendo como premissa que as universidades públicas federais têm estágios de desenvolvimento e de maturidade diferente e que, assim sendo, apresentem capacidades distintas. Outrossim, que as capacidades se interconectam. Assim sua apresentação de forma separada é apenas de cunho didático.

#### **a) Capacidade de Pesquisa**

Tratando-se de um vírus novo para o qual ainda não há conhecimento acumulado e com alto grau de letalidade, a principal capacidade a ser mobilizada, de seus impactos sociais de largo alcance, recai sobre a atividade de pesquisa não só para a descoberta de vacinas e tratamentos mas para estudar efeitos colaterais da pandemia na saúde das pessoas e seus impactos nos ambientes econômicos e sociais bem como para monitorar o avanço da doença. Os resultados das pesquisas podem contribuir para o entendimento da doença e de suas consequências e, dessa forma, subsidiar a formulação de políticas públicas de diversas áreas. A capacidade de pesquisa tanto pode se dar no



âmbito de cada instituição como em rede de instituições com o compartilhamento de protocolos de pesquisa e dados. A capacidade de pesquisa pode ser encontrada em áreas distintas do conhecimento pois o efeito do coronavírus atinge a saúde, a economia, as relações de trabalho, a produção de bens e serviços, a sociabilidade de um modo geral. Pode igualmente envolver docentes, discentes e corpo técnico-administrativo assim como profissionais de outras instituições. Certamente demanda recursos, equipamentos, laboratórios, conhecimentos especializados.

**b) Capacidade de criar e disseminar informações à população sobre o vírus e seus impactos sociais**

Uma segunda capacidade, mas não menos importante, é a ampliação do conhecimento sobre o coronavírus. Essa capacidade está diretamente relacionada à disseminação da informação. De um lado, as instituições podem mobilizar recursos para compreender, entre outras coisas, as formas de manifestação do vírus, os tratamentos disponíveis, os cuidados que se devem tomar para impedir a propagação do vírus, os cuidados com a higienização, as pessoas com maior nível de risco, as formas de atendimento. De outro, como fazer chegar essas informações à sociedade de modo que as pessoas tenham o maior volume de conhecimento sobre a doença. Nessa perspectiva, muitas possibilidades podem ser criadas, como boletins informativos em uma linguagem acessível para a população, cartilhas com instruções e recomendações, programas de rádio, entrevistas, produção de vídeos, debates, *lives*, observatórios, comitês de monitoramento, portais, matérias educativas diversos, atendimentos *on line* em diversos temas, etc. Muitas expressões artísticas e culturais podem ser mobilizadas

para criar espaços de cultura e lazer no período da crise sanitária. As universidades são espaços de criação, entre outros, da música, da dança, do teatro, da fotografia, da literatura, da produção de conteúdos e todas essas expressões podem ser mobilizadas em associação com as tecnologias da comunicação para ajudar o processo de isolamento social. São manifestações que envolvem docentes, discentes e corpo-técnico administrativo mas que também podem envolver parcerias diversas com outras instituições para sua viabilização.

Essas múltiplas possibilidades podem se materializar uma vez que as universidades públicas federais são instituições constituídas por especialistas de diversas áreas em campos do conhecimento igualmente distintos. Algumas dessas atividades se enquadram muito bem como atividades de extensão atingidas pela restrição orçamentária em anos recentes, dificultando que elos mais fortes entre a universidade e a sociedade fossem consolidados.

#### **c) Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus**

Uma outra capacidade diz respeito à mobilização de áreas específicas das universidades públicas federais para a produção de insumos necessários ao combate do coronavírus, aplicativos diversos para mapeamento do coronavírus, produção de testes, vacinas, entre outros itens. Aqui, as possibilidades estão diretamente relacionadas às competências criadas ao longo do tempo nas instituições, com um conteúdo forte de aplicação, nas áreas de engenharia, saúde, informática, matemática, farmácia, estatística, química, biotecnologia, etc. Importa reter que essas competências são definidas nos projetos pedagógicos dos cursos

de graduação e programas de pós-graduação e trabalhadas nos espaços laboratoriais que são espaços de formação para os alunos, em especial da prática de pesquisa. Aliada a essa competência de produção desenvolve-se de forma paralela a competência de manutenção de equipamentos, de realização de exames e análises laboratoriais e desenho de plataformas digitais e outras inovações tecnológicas.

**d) Capacidade de realocar recursos diversos para apoiar o combate ao coronavírus**

Entre as diversas possibilidades de reconfiguração do uso de estruturas para viabilizar o combate ao coronavírus, destacam-se a estrutura hospitalar que naturalmente já faz parte da rede de saúde, parcerias com outras unidades de saúde para uso das instalações físicas e de laboratórios, uso dos laboratórios para testes e exames, realocação dos profissionais de saúde para o combate ao coronavírus, realocação dos dispositivos de rádio e TV para conscientização da população sobre o coronavírus através de informes, debates e campanhas. elaboração de protocolos médicos, cartilhas educativas. Ainda, no plano da saúde, muitas universidades possuem núcleos de produção de medicamentos que também podem ser acionadas para somar com outras iniciativas semelhantes.

**e) Capacidade formativa técnica**

As universidades públicas podem através de diversas competências do seu corpo docente qualificar os profissionais de saúde e de outras áreas ligadas ao enfrentamento imediato do coronavírus. Assim, cursos de formação em formatos

variados podem ser ofertados disseminando de forma rápida um conhecimento necessário sobre sintomas, cuidados, públicos mais afetados, formas de tratamento, uso de medicamentos, cuidados com os equipamentos, etc. Da mesma forma, cursos mais informativos para a população também podem ser oferecidos de modo a ampliar o conhecimento da sociedade sobre os diversos aspectos da doença – impactos, formas de transmissão, tratamentos, cuidados com a nutrição e higienização , etc.

**f) Capacidade para propor soluções de gestão para apoiar iniciativas de combate ao coronavírus e desenhar políticas públicas**

As universidades públicas federais podem oferecer soluções diversas para problemas provocados pela pandemia, a exemplo da constituição de comitês de especialistas para monitorar o avanço do coronavírus, aplicativos diversos para monitorar localização dos casos, propostas de planos de negócios para as empresas, disponibilização de dados sobre diversas situações sociais para ajudar o desenho de políticas públicas, oferta de espaços hospitalares para ajudar o fluxo dos pacientes, diagnósticos sobre os impactos da crise sanitária sobre a economia, elaboração de documentos técnicos para orientar a gestão pública. Podem, igualmente, contribuir para a formulação, acompanhamento e avaliação de diferentes políticas públicas junto a distintos entes e instâncias de governo na medida em que disponibilizam não apenas conhecimento técnico mas pessoas com capacidade de análise, de diagnóstico e de proposição. A articulação com esferas externas pode ser ampliada em tempos de crise sanitária dado que a variável conhecimento é fundamental para orientar as decisões públicas

de enfrentamento do coronavírus, sejam medidas sanitárias propriamente ditas sejam medidas de cunho econômico, jurídico, social, tecnológico ou cultural.

Como se constata, é amplo o leque de possibilidades em torno da construção de capacidades de gestão envolvendo tanto aspectos técnicos quanto políticos. Todas essas capacidades exigem articulações diversas para se materializarem. No plano interno demandam planejamento e otimização dos recursos financeiros, materiais, informacionais, tecnológicos e de pessoal mobilizados para essa nova agenda, bem como ações de monitoramento e controle. Demandam o desenho de novos processos, discussão entre os pares, apresentação de propostas e estudos de viabilidade. Demandam ações conjuntas entre unidades distintas e áreas de conhecimento diversas dada a complexidade da doença. Em decorrência, mecanismos de monitoramento e coordenação também se fazem necessários para apoiar a construção de novas políticas. Da mesma forma, novas estruturas de governança são criadas para análise, implementação e avaliação das políticas, sejam no formato de comitês, fóruns, conselhos, etc. No plano externo demandam articulações entre diversos poderes públicos e instituições diversas, seja para pleitear recursos, criar comitês de monitoramento, estabelecer parcerias. Neste exercício, visões de mundo diferentes e racionalidades distintas se combinam para o alcance dos objetivos.

A dimensão político-relacional está presente em diferentes ações pois essa dimensão é essencial à construção de iniciativas coletivas, com muitos atores, muitos interesses e recursos diversos. Dito de outro modo, a implementação das ações é decorrente da ação pública que desencadeia múltiplas conexões entre os atores envolvidos em arranjos institucionais

diversos criados para fins específicos. Ou seja, a instituição além dos arranjos institucionalizados para o funcionamento de suas atividades cria novos arranjos para o combate ao coronavírus.

A seção seguinte discute, a partir desse referencial, que capacidades vêm sendo mobilizadas e construídas pelas universidades públicas no contexto da crise sanitária.



---

## **4 UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS NO ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS: CAPACIDADES MOBILIZADAS E CONSTRUÍDAS**

A pesquisa, desenhada com o objetivo de conhecer de que forma as universidades públicas federais estão contribuindo para o enfrentamento da crise sanitária e que capacidades de gestão estão sendo construídas e mobilizadas, pode ser caracterizada como exploratória-descritiva (Vergara, 2009), com abordagem tanto qualitativa como quantitativa.

Antes da apresentação dos dados obtidos é importante fazer referência ao monitoramento que tem sido feito pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2020c), em tempo real, das ações realizadas pelas Instituições de Ensino da Rede Federal, contemplando Institutos Federais de Educação Tecnológica, Colégios, Escolas e Universidades. O monitoramento das ações até a data de conclusão do presente Relatório totalizava 1.663 (mil, seiscentas e sessenta e três) ações. A presente pesquisa focaliza somente as ações das universidades públicas federais no período imediato posterior ao reconhecimento da situação de pandemia e a abordagem metodológica é essencialmente qualitativa.

As unidades de análise da pesquisa foram constituídas por 69 (sessenta e nove) Universidades Públicas Federais do território brasileiro, distribuídas em cada estado das cinco regiões da federação, conforme mostra a Tabela 01.

**Tabela 01: Universidades Federais pesquisadas  
no Brasil, por região.**

REGIÃO	TOTAL
Centro-Oeste	08
Nordeste	20
Norte	11
Sudeste	19
Sul	11
TOTAL	<b>69</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A coleta de dados foi realizada, via meio eletrônico, no período de 15 de março a 1º de maio de 2020, contemplando dados referentes ao período de 31 de janeiro a 1º de maio de 2020.

O procedimento consistiu nas seguintes etapas: de posse da relação de nomes das Universidades por região, o processo de coleta iniciou-se com a busca do endereço eletrônico (página oficial) de cada uma delas. Ao acessar o endereço buscava-se, de forma minuciosa, a leitura de todas as informações disponíveis sobre a atuação dessas instituições frente a pandemia do Coronavírus (COVID-19). O Quadro 01 mostra as Universidades pesquisadas e seus respectivos endereços eletrônicos.



**Quadro 01: Universidades Federais pesquisadas com respectivos endereços eletrônicos.**

UNIDADE FEDERATIVA	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>		
Distrito Federal	Universidade de Brasília	<a href="https://www.unb.br/">https://www.unb.br/</a>
Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso	<a href="https://www.ufmt.br/">https://www.ufmt.br/</a>
Mato Grosso	Universidade Federal de Rondonópolis	<a href="https://ufr.edu.br/institucional/ufr/">https://ufr.edu.br/institucional/ufr/</a>
Mato Grosso do Sul	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	<a href="https://www.ufms.br/">https://www.ufms.br/</a>
Mato Grosso do Sul	Universidade Federal da Grande Dourados	<a href="https://ufgd.edu.br/">https://ufgd.edu.br/</a>
Goiás	Universidade Federal de Goiás	<a href="https://www.ufg.br/">https://www.ufg.br/</a>
Goiás	Universidade Federal de Catalão	<a href="https://www.catalao.ufg.br/">https://www.catalao.ufg.br/</a>
Goiás	Universidade Federal de Jataí	<a href="https://portalufj.jatai.ufg.br/">https://portalufj.jatai.ufg.br/</a>
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	<a href="https://ufal.br/">https://ufal.br/</a>
Bahia	Universidade Federal da Bahia	<a href="https://ufba.br/">https://ufba.br/</a>
Bahia	Universidade Federal do Sul da Bahia	<a href="https://www.ufsb.edu.br/">https://www.ufsb.edu.br/</a>

Bahia	Universidade Federal do Oeste da Bahia	<a href="https://ufob.edu.br/">https://ufob.edu.br/</a>
Bahia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	<a href="https://www.ufrb.edu.br/portal/">https://www.ufrb.edu.br/portal/</a>
Ceará	Universidade Federal do Cariri	<a href="https://www.ufca.edu.br/">https://www.ufca.edu.br/</a>
Ceará	Universidade Federal do Ceará	<a href="http://www.ufc.br/">http://www.ufc.br/</a>
Ceará Bahia	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	<a href="http://www.unilab.edu.br/">http://www.unilab.edu.br/</a>
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão	<a href="https://portalpadrao.ufma.br/">https://portalpadrao.ufma.br/</a>
Paraíba	Universidade Federal da Paraíba	<a href="https://ufpb.br/">https://ufpb.br/</a>
Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande	<a href="https://portal.ufcg.edu.br/">https://portal.ufcg.edu.br/</a>
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	<a href="https://www.ufpe.br/">https://www.ufpe.br/</a>
Pernambuco	Universidade Federal Rural de Pernambuco	<a href="http://www.ufrpe.br/br">http://www.ufrpe.br/br</a>
Pernambuco	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco*	<a href="http://http://ww3.uag.ufrpe.br/">http://http://ww3.uag.ufrpe.br/</a>
Pernambuco Bahia Piauí	Universidade Federal do Vale do São Francisco	<a href="http://portais.univasf.edu.br/">http://portais.univasf.edu.br/</a>
Piauí	Universidade Federal do Piauí	<a href="https://www.ufpi.br/">https://www.ufpi.br/</a>
Piauí	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	<a href="https://ufpi.br/ufdpar">https://ufpi.br/ufdpar</a>

Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	<a href="https://ufrn.br/institucional/sobre-a-ufrn">https://ufrn.br/institucional/sobre-a-ufrn</a>
Rio Grande do Norte	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	<a href="https://ufersa.edu.br/">https://ufersa.edu.br/</a>
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe	<a href="http://www.ufs.br/">http://www.ufs.br/</a>
<b>REGIÃO NORTE</b>		
Acre	Universidade Federal do Acre	<a href="http://www.ufac.br/">http://www.ufac.br/</a>
Amapá	Universidade Federal do Amapá	<a href="http://www.unifap.br/">http://www.unifap.br/</a>
Amazonas	Universidade Federal do Amazonas	<a href="https://www.ufam.edu.br/">https://www.ufam.edu.br/</a>
Pará	Universidade Federal do Oeste do Pará	<a href="http://www.ufopa.edu.br/ufopa/">http://www.ufopa.edu.br/ufopa/</a>
Pará	Universidade Federal Rural da Amazônia	<a href="https://novo.ufra.edu.br/">https://novo.ufra.edu.br/</a>
Pará	Universidade Federal do Pará	<a href="https://portal.ufpa.br/">https://portal.ufpa.br/</a>
Pará	Universidade do Sul e Sudeste do Pará	<a href="https://www.unifesspa.edu.br/">https://www.unifesspa.edu.br/</a>
Rondônia	Universidade Federal de Rondônia	<a href="https://unir.br/">https://unir.br/</a>
Roraima	Universidade Federal de Roraima	<a href="http://ufrr.br/">http://ufrr.br/</a>
Tocantins	Universidade Federal do Tocantins	<a href="https://ww2.uft.edu.br/">https://ww2.uft.edu.br/</a>
Tocantins	Universidade Federal do Norte do Tocantins**	<a href="https://ww2.uft.edu.br/index.php/ufnt">https://ww2.uft.edu.br/index.php/ufnt</a>

REGIÃO SUDESTE		
Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo	<a href="http://www.ufes.br/">http://www.ufes.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Alfenas	<a href="https://www.unifal-mg.edu.br/portal/">https://www.unifal-mg.edu.br/portal/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Itajubá	<a href="https://unifei.edu.br/">https://unifei.edu.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Juiz de Fora	<a href="https://www2.ufjf.br/ufjf/">https://www2.ufjf.br/ufjf/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Lavras	<a href="https://ufla.br/">https://ufla.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais	<a href="https://ufmg.br/">https://ufmg.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Ouro Preto	<a href="https://ufop.br/">https://ufop.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Uberlândia	<a href="http://www.ufu.br/">http://www.ufu.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de Viçosa	<a href="https://www.ufv.br/">https://www.ufv.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal de São João Del-Rei	<a href="https://ufsj.edu.br/">https://ufsj.edu.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	<a href="http://www.uftm.edu.br/">http://www.uftm.edu.br/</a>
Minas Gerais	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	<a href="http://www.ufvjm.edu.br/">http://www.ufvjm.edu.br/</a>

Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	<a href="https://ufrj.br/">https://ufrj.br/</a>
Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense	<a href="http://www.uff.br/">http://www.uff.br/</a>
Rio de Janeiro	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	<a href="http://portal.ufrj.br/">http://portal.ufrj.br/</a>
Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	<a href="http://www.unirio.br/">http://www.unirio.br/</a>
São Paulo	Universidade Federal de São Carlos	<a href="https://www2.ufscar.br/">https://www2.ufscar.br/</a>
São Paulo	Universidade Federal de São Paulo	<a href="https://www.unifesp.br/">https://www.unifesp.br/</a>
São Paulo	Universidade Federal do ABC	<a href="http://www.ufabc.edu.br/">http://www.ufabc.edu.br/</a>
<b>REGIÃO SUL</b>		
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	<a href="https://www.ufcspa.edu.br/">https://www.ufcspa.edu.br/</a>
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas	<a href="http://portal.ufpel.edu.br/">http://portal.ufpel.edu.br/</a>
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	<a href="https://www.ufsm.br/">https://www.ufsm.br/</a>
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	<a href="https://portal.unila.edu.br/">https://portal.unila.edu.br/</a>
Paraná	Universidade Federal do Paraná	<a href="https://www.ufpr.br/portalufpr/">https://www.ufpr.br/portalufpr/</a>
Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	<a href="http://www.utfpr.edu.br/">http://www.utfpr.edu.br/</a>

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande	<a href="https://www.furg.br/">https://www.furg.br/</a>
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial">http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial</a>
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	<a href="https://ufsc.br/">https://ufsc.br/</a>
Santa Catarina Paraná Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul	<a href="https://www.uffs.edu.br/">https://www.uffs.edu.br/</a>

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

\*Ainda em processo de instalação.

\*\*Entrou em funcionamento muito recentemente, tendo sido registrado apenas uma ação por ela executada.

De modo a sistematizar as informações obtidas, elaborou-se uma tabela a partir dos primeiros dados encontrados com os seguintes campos para preenchimento: pesquisas, monitoramento, material educativo, produção de medicamentos/vacinas, produção de equipamentos, desenvolvimento de testes e soluções de gestão. Também eram registrados a data em que a informação havia sido publicada e o endereço eletrônico da publicação. Entretanto, à medida que outras informações apareciam, novos campos eram acrescentados à tabela de modo que, ao final, se tivesse um painel mais completo de informações para posterior análise.

Para tabulação dos dados se fez uso do Excel, tendo-se gerado, a partir das planilhas criadas por região, uma planilha unificada consolidando os dados por região, estado, e universidade pesquisada, de modo a favorecer melhor as análises tanto quantitativas como qualitativas. Importa dizer que o processo de categorização resultou em seis categorias de análise sobre as

capacidades de resposta das universidades para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, as quais estão descritas no Quadro 02.

**Quadro 02: Categorias de análise sobre as capacidades das Universidades Públicas Federais.**

CATEGORIA	CONTEÚDO
Capacidade de pesquisa	Diz respeito às pesquisas em andamento e/ou iniciadas em cada universidade, o lançamento de editais de pesquisa para o tema, as parcerias de pesquisa com outras instituições, bem como os produtos de pesquisa tais como artigo e nota técnica.
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	Envolve campanhas solidárias próprias e apoio a campanhas de entidades (arrecadação e alimentos, mantimentos, materiais de higiene, transferência de renda para grupos vulneráveis, dentre outros), serviços virtuais de psicologia e boletins informativos em uma linguagem acessível para a população, cartilhas com instruções e recomendações, programas de rádio, entrevistas, produção de vídeos, debates, <i>lives</i> , observatórios, matérias educativos diversos para população atendimentos <i>on line</i> em diversos temas, e também manifestações artísticas.
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	Envolve a produção de álcool (líquido ou gel), máscaras, aplicativos ou portal diversos para mapeamento do coronavírus, produção de testes, pesquisas de vacinas.

CATEGORIA	CONTEÚDO
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	Contempla a alocação e construção de espaço para pacientes Covid, parcerias com outras unidades de saúde para uso das instalações físicas e de laboratórios, empréstimos de equipamentos, uso dos laboratórios para testes e exames, realocação dos profissionais de saúde para o combate ao coronavírus, bem como colação de antecipada, visando a formação de recursos humanos.
Capacidade formativa técnica	Envolve treinamentos e cursos de formação em formatos variados, seja para profissionais de diferentes áreas, em especial da saúde, seja para alunos.
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	Diz respeito à criação de comitês para o enfrentamento da Covid-19, como também a elaboração de legislações, planos de enfrentamento, criação de políticas e/ou programas.

Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

Criadas e definidas cada categoria, realizou-se uma análise quantitativa dos dados objetivando saber o quantitativo de ações realizadas pelas Universidades Públicas Federais como capacidade de resposta às diferentes demandas da pandemia do coronavírus. Desse processo de análise foi inicialmente gerada a Tabela 02 com a quantidade de ações por categoria.



**Tabela 02: Número de Ações por Capacidade mobilizada e/ou construída.**

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	%
Capacidade de Pesquisa	123	10,5
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	431	36,9
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	321	27,5
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	64	5,5
Capacidade formativa técnica	31	2,7
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	197	16,9
TOTAL	1167	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

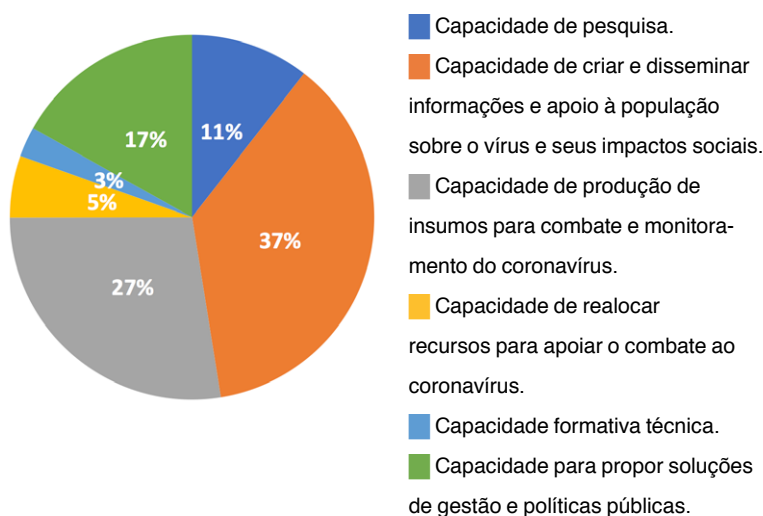
Antes de discutir as capacidades que cada região vem mobilizando, a Tabela 02 mostra o esforço do conjunto das universidades públicas para o enfrentamento ao coronavírus. Foram contabilizadas para o período de 31 de janeiro a 1º de maio de 2020, um total de 1167 iniciativas envolvendo diferentes capacidades.

A Tabela 02 revela, ainda, que as universidades públicas estão agindo de modo assertivo para produzir soluções diante de uma crise sanitária de grande envergadura em alinhamento com a sua missão social, em diferentes frentes de atuação: produzindo conhecimento (123 pesquisas), disseminando a informação para a sociedade sobre o coronavírus de diferentes

modos (431 iniciativas), produzindo diversos tipos de insumos – álcool, sabão, máscara, protetor facial, água sanitária, testes (321 iniciativas), realocando estruturas e recursos para apoiar ações de outras instituições e/ou poderes, em especial o uso de estruturas hospitalares (64 iniciativas), capacitando profissionais de saúde para lidar com o coronavírus (31 iniciativas) e propondo diferentes soluções de gestão e ajudando a formatar políticas públicas em diferentes setores em ações que evidenciam fortemente a capacidade política de articulação das universidades públicas (197 iniciativas).

Este enorme esforço pode ser melhor visualizado pelo Gráfico 01 abaixo que mostra, percentualmente, as capacidades mobilizadas e construídas pelas universidades públicas federais.

**Gráfico 1: Capacidade mobilizadas e construídas.**



Fonte: dados de pesquisa, 2020

Contata-se, entre as ações mais expressivas em termos de volume para o conjunto das universidades públicas federais, que 36,9% das ações realizadas referem-se à Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais, 27,6% referem-se à Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus, 16,9% à Capacidade de propor soluções de gestão e políticas públicas e 10, 6% à Capacidade de Pesquisa.

Achados semelhantes foram encontrados no estudo feito por Panizzon et al (2020), para 27 instituições listadas pela ANDIFES e publicada em 12 de março de 2020 sobre o compartilhamento das ações das universidades federais sobre a COVID-19. Observe-se que o número de instituições é diferente e a categorização utilizada também. Mas, o importante é analisar que apesar dessas diferenças os achados convergem para capacidades mobilizadas e construídas pelas universidades públicas federais.

“Foi possível observar que do total das práticas das universidades federais, 40,87% estavam orientadas para o Desenvolvimento de Tecnologias. Isso significa um expressivo volume de recursos orientados para o aperfeiçoamento de infraestrutura de laboratórios, desenvolvimento de novos EPs, desenvolvimento de testes e ensaios clínicos, aplicativos, plataformas e algoritmos, desenvolvimento de fármacos e vacinas, desenvolvimento de equipamentos hospitalares e acompanhamento estatístico nem portais e censo da COVID-19.

(...)

Verificou-se também que 23,96% das práticas mapeadas estavam orientadas para a Intervenção Direta na Sociedade, com projeto de apoio à comunidade, apoio

a hospitais, atendimento *on line*, apoio à economia, hospital de campanha, orientações em conselhos de crise e fomento.

(...)

A Difusão das Informações para a Sociedade representa 20,49% das práticas, mediante projetos de apoio a comunidades locais baseados em orientações científicas, combatendo a desinformação e os impactos diretos da COVID -19 e promovendo informações culturais (PANIZZON et al. (2020, p 642).

O que os dados revelam além do número de iniciativas é que diferentes capacidades técnicas foram mobilizadas para a entregas de bens, informações e serviços que a sociedade está demandando. E, neste sentido, as universidades públicas estão produzindo legitimidade junto à sociedade na medida em que os resultados apresentados respondem a diversas necessidades exigidas pela crise sanitária. Assim, é possível alinhar capacidade técnica com desempenho, resultados com a dinâmica das capacidades, política com negociação e articulação de diferentes atores de modo a construir novas formas de governança ao tempo em que se abre uma agenda de pesquisa para explicar como os fatores, recursos e atores que estão atuando para operar distintas capacidades para o conjunto das instituições.

Outrossim, os números também devem ser olhados de modo sistêmico na medida em que produzir, disseminar, formar, propor soluções de gestão e políticas públicas não são iniciativas estanques. Diferente disso, mais conhecimento gera mais capacidade de lidar com a crise sanitária, mais informações à população implica em respostas a serem observadas, mais produção de insumos gera mais capacidade de atendimento à população e tudo se articula de modo sinérgico. Há um ganho substantivo para o aprendizado sobre o coronavírus para

profissionais de saúde e população de um modo geral com a circulação de informações, de metodologias, de públicos, de parcerias, de tecnologias, de recursos, de solidariedade.

É importante registrar que maior aporte de recursos às universidades públicas federais poderia gerar respostas ainda mais robustas para o combate ao coronavírus,. Como afirma, Alexandre Navarro, vice-presidente da Fundação João Mangabeira e ex-secretário nacional de Ciência e Tecnologia, “ o Orçamento Federal de 2020 travou R\$ 5,1 bilhões (R\$ 0,8 bilhão do Ministério da CT&I e R\$ 4,3 bilhões do Fundo Nacional de C&T – FNDCT) carimbando-os como Reserva de Contingência” (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2020). Na mesma linha de argumentação, o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, afirma:

“R\$ 25 bilhões destinados ao Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia não podem ser utilizados para pesquisa, produção de vacinas e medicamentos para o combate à covid- 19, pois foram caracterizados, nos últimos anos, pelo Orçamento Federal, como reservas para o pagamento de juros e ganhos de capital financeiro” (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2020)

Visto os dados de modo agregado é importante agora verificar como as capacidades foram construídas e mobilizadas em cada região do país, conforme mostra a Tabela 03. É claro que essa análise deve levar em conta as particularidades, os estágios de desenvolvimento, as experiências já acumuladas, os ramos do conhecimento presentes, os recursos e, claro, as dificuldades do ambiente em que estão localizadas. Nesse sentido, não há um resultado melhor do que outro pois o objetivo da pesquisa não é de comparação entres regiões. O importante é evidenciar o que

as regiões estão realizando e como têm ofertado conhecimento, informação, insumos, estruturas e parcerias à sociedade.

**Tabela 03: Número de Ações por Capacidade mobilizada e/ou construída por Região do Brasil.**

CATEGORIAS	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Capacidade de Pesquisa	14	32	21	35	21
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	56	94	128	47	106
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	25	95	54	81	66
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	2	27	7	16	12
Capacidade formativa técnica	7	10	3	4	7
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	48	8	61	16	64
TOTAL	152	266	274	199	276
Participação % de cada Região no total de ações	13	23	23	17	24

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Estes resultados revelam que há um desempenho muito equilibrado, aspecto que deve ser muito valorizado pois é indicativo de que a rede de universidades públicas federais, submetidas às exigências acadêmicas de produção e disseminação do

conhecimento, são geradoras de uma certa homogeneidade de resultados, com as ressalvas naturais de suas localizações e particularidades, aspectos já bem evidenciados no Relatório.

Para uma análise mais detalhada, a Tabela 03 foi desmembrada em outras tabelas por região. Assim, a Tabela 04 mostra para 11 universidades públicas da Região Norte que, apesar de poucas ocorrências na capacidade de realocar recursos, todas as demais capacidades – de pesquisa, de disseminação de informação, de produção de insumos, de formação e de proposição de soluções de gestão e/ou políticas públicas foram mobilizadas em maior quantidade. Destaque-se a capacidade de disseminar informações sobre o vírus e a capacidade de proposição de soluções de gestão e de políticas públicas.

**Tabela 04: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Norte para o enfrentamento ao coronavírus.**

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE AÇÕES
Capacidade de Pesquisa	14
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	56
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	25
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	2
Capacidade formativa técnica	7
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	48
TOTAL	152

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Para essa Região, algumas capacidades merecem uma lente especial de análise dada a importância que assumem no contexto de crise. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), por exemplo, um grupo de pesquisa composto por engenheiros e cientistas da computação dessa Universidade, do Instituto Nacional de Pesquisa (INPE) de São José dos Campos, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e da Universidade de São Paulo (USP) está investigando a projeção de como a pandemia do novo coronavírus cresce em países do terceiro mundo, utilizando modelos matemáticos mais adequados à realidade demográfica de tais países. Por sua vez, o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) está realizando a pesquisa intitulada “*Efeitos Psicológicos do Isolamento Preventivo na Pandemia da Covid-19*” objetivando entender como a população tem se comportado diante o atual cenário da doença, causada pelo novo coronavírus. A pesquisa é feita on-line e está disponível para vários países e em vários idiomas.

Um destaque especial deve ser dado para a UFPA, na ação de orientação das comunidades indígenas sobre o novo coronavírus. Assim, levando em conta o contexto desses povos, em grande número na região, um grupo de estudantes indígenas com dois professores da UFPA, criaram e traduziram uma cartilha informativa para diferentes línguas dos povos nativos. A cartilha possibilita uma explicação sobre a Covid-19 de forma clara e sem termos técnicos para que os indígenas compreendam e protejam-se de forma adequada. Nessa mesma linha, destaca-se também a ação da Universidade Federal de Roraima, UFRR, que produziu uma série de vídeos destinados a informar os povos indígenas do estado sobre os sintomas e as formas de evitar o contágio da Covid-19. Todo o material produzido foi gravado nas línguas das etnias Macuxi, Taurepang, Taurepang Pemom, Wapichana, Wai wai, Yanomami e Ye'kwana.



Também importa dizer que, seja em maior ou menor número, todas as Universidades pesquisadas na região Norte, independente do seu tamanho e tempo de existência (na maioria jovens Universidades), responderam rapidamente com a criação de comitês de monitoramento, fabricação de insumos como álcool gel, equipamentos de proteção, como máscaras, dentre outros. Além disso, ações de capacitação para profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas), como as desenvolvidas pela UFRR de capacitação de profissionais de saúde, visando o manejo de ventiladores mecânicos, intubação orotraqueal, entre outras atividades. Assim o fizeram por acreditarem que não basta apenas a existência de chegada de aparelhos, mas tão importante quanto é a capacitação e o manejo por parte dos profissionais

Se olharmos os dados da Região Nordeste na Tabela 05 verifica-se o registro de quase o dobro das ações (266), o que deve ser relativizado pois tem quase o dobro de instituições (20), além de maior tempo de criação/funcionamento. Na região Norte, por exemplo, com exceção da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade Federal do Pará, todas as demais são Universidades jovens. Considerando esses aspectos as regiões não diferem muito no número de ações. No entanto, um exame mais atento vai evidenciar que a Região Nordeste apresenta uma capacidade de produção de insumos com 95 ações muito mais elevada do que a Região Norte com apenas 25 ações. Esse resultado pode ser explicado pelo perfil das universidades públicas localizadas no Nordeste com um maior número de programas de pós-graduação. Outro dado que chama a atenção para a Região Nordeste é a capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus (27 ações), o que não ocorre na Região Norte. Uma possível explicação pode igualmente estar no perfil dos cursos

médicos presentes no Nordeste favorecendo a existência de estruturas hospitalares que puderam ser mobilizadas. Vinculado ao ambiente e à existência de outras instituições no entorno das universidades públicas, destaca-se o pequeno número de ações mobilizadas para propor soluções de gestão e /ou políticas públicas (8) diferente da Região Norte que tem um número expressivo de ações (48). Este elevado número pode indicar que as universidades públicas nesta Região ocupam um papel central na interlocução com outras instituições e/ou poderes e isto decorre do próprio patamar de desenvolvimento em que se encontra e da inexistência de outras instituições com capacidade de proposição como existe na região Nordeste.

**Tabela 05: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Nordeste para o enfrentamento ao coronavírus.**

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE AÇÕES
Capacidade de Pesquisa	32
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	94
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	95
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	27
Capacidade formativa técnica	10
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	8
TOTAL	266

Fonte: dados da pesquisa, 2020

As ações no Nordeste realizadas pelas 20 universidades públicas federais possuem particularidades que derivam do perfil socioeconômico complexo dos Estados que compõem a região, além de variações de necessidades entre campus localizados mais próximos das capitais e campus com atuação no interior da região. Observou-se na região iniciativas criativas e inovadoras para enfrentamento da pandemia.

Campanhas lideradas pelas universidades para apoio à população mais vulnerável na região foram recorrentes, principalmente nas instituições com campus localizados no interior do Estado. Podemos citar a campanha “UFCA Solidária” da Universidade Federal do Cariri (UFCA), que arrecada e entrega cestas básicas de alimentos no sertão do Cariri-CE. Igualmente importante foi a iniciativa da Universidade Federal do Semiárido (UFERSA) por meio do campus Angicos-RN, para a levar cestas básicas para famílias carentes residentes no município. Além de alimentos, comprados em mercados locais, foram entregues materiais de limpeza acompanhados de panfletos com informações de cuidados.

Também impactando positivamente a dinâmica socioeconômica dessas localidades, iniciativas de apoio a pequenos produtores com a virtualização de canais de comercialização. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) teve duas ações significativas nesse sentido. A primeira de um aluno do curso de Ciências Contábeis que desenvolveu sistema para que microempreendedores pudessem criar lojas virtuais gratuitamente e hospedá-la em um shopping virtual. Na mesma instituição o Laboratório Horta Comunitária Nutrir da UFRN (LabNutrir) construiu uma lista de produtores locais de agricultores familiares e pequenos comércios locais para entrega em *delivery* em Natal.

Ainda na senda de atenuar as desigualdades sociais na região, diversas instituições criaram materiais informativos sobre o acesso ao auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal para pessoas vulneráveis socialmente. Um exemplo foi a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que por meio de suas assistentes sociais, desenvolveram uma cartilha sobre dúvidas quanto ao funcionamento do benefício. Iniciativa semelhante foi identificada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) onde os grupos de pesquisa “Direito, Economia e Política” e “Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica” coordenados por professores do curso de Direito, elaboraram uma cartilha sobre o benefício.

Destacam-se também as iniciativas que procuraram informar a população local de diferentes modos sobre o coronavírus e os cuidados que podem ser tomados. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professoras do curso técnico em Nutrição e Dietética do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (Cavn) criaram uma cartilha para combater as falsas informações sobre a Covid-19. Também buscando o esclarecimento da população, o Centro de Informação sobre Medicamentos (CIM) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) realizou um trabalho de combate as *fake news* por meio de uma coletânea de postagens combatendo informações falsas sobre a Covid-19. Na UFPE, a Rádio Cordel realizou uma série especial sobre o novo coronavírus, sendo este material produzidos dos alunos e professor do projeto de extensão do Campus do Agreste (CAA).

Assim como as demais regiões do país, na região Nordeste, foram as universidades públicas federais que, nos primeiros meses da pandemia, forneceram um apoio imprescindível na produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus. Sobre os insumos são ilustrativas as seguintes ações: o empréstimo de respiradores pelo Hospital Veterinário do Centro

de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba da UFPB para o Hospital Municipal de Areia; A doação de 1 mil máscaras e 160 luvas feita pelo projeto de extensão Movimento Curupira, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para o Hospital das Clínicas (HC) e outros hospitais da região; A produção de 70kg de álcool gel e 150 litros de álcool 70% glicerinado produzido pelo Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em Nossa Senhora da Glória para o Hospital Regional da localidade entre muitas outras dessa mesma natureza.

A Região Nordeste também se destacou pela inovação de ações no enfrentamento à pandemia. A Universidade Federal do Ceará (UFC) criou a “visita virtual” na sua maternidade escola para estreitar o vínculo mãe-bebê, com segurança, por meio de videoconferências em *tablet* ao lado do bebê com protocolos de segurança. Na mesma instituição, houve o desenvolvimento um capacete de respiração assistida cearense para minimizar dificuldades respiratórias dos pacientes da COVID-19.

Ainda sobre as inovações, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) um professor pesquisador da Unidade Acadêmica de Sistemas e Computação (UASC), criou o covidômetro, uma ferramenta que monitora a velocidade diária para registro de casos de Covid-19 em várias localidades. No Instituto Metrópole Digital (IMD) da UFRN desenvolveu-se um sistema de gestão de leitos da Secretaria Estadual de Saúde do RN (Sesap) realizando por meio de uma plataforma um gerenciamento integrado dos leitos da rede de saúde pública e privada, com destaque para leitos de UTI. Ainda na UFRN um professor em rede com outros 12 professores e servidores voluntários da UFRN e do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) (Campus São Gonçalo do Amarante) produziram máscaras face *shield* para recém nascidos.

A Região Centro-Oeste apesar de ter apenas 08 universidades públicas apresenta um total de ações ligeiramente superior à Região Nordeste. Destaque para as capacidades de criar e disseminar informações e apoio à população (54 ações), de proposição de soluções de gestão e /ou políticas públicas (61 ações) e de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais (128), respectivamente, mostram dinamismo do conjunto das universidades públicas (Tabela 06). Este dinamismo deve-se fortemente à Universidade de Brasília que pelo seu porte e tradição apresenta um número grande e variado de ações em todos os tipos de capacidades. Outrossim, aqui a capacidade de proposição de soluções de gestão e/ou políticas públicas pode ser explicada pela proximidade do centro do poder político no Brasil que favorece as articulações entre instituições. Chama a atenção a baixa capacidade formativa e de realocação de recursos para apoiar o combate ao coronavírus e a capacidade de pesquisa pode ser considerada adequada e proporcional ao número de universidades públicas que formam a região.

**Tabela 06: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Centro Oeste para o enfrentamento ao coronavírus.**

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE AÇÕES
Capacidade de Pesquisa	21
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	128
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	54

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE AÇÕES
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	7
Capacidade formativa técnica	3
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	61
TOTAL	274

Fonte: dados da pesquisa, 2020

Na capacidade de pesquisa, destaca-se o papel da Universidade de Brasília, UnB, que aprovou em chamada realizada pelo Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), Decanato de Extensão (DEX) e pelo Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à Covid-19 (CPIE), 115 (cento e quinze) projetos com foco no combate à Covid-19. Além desse feito, em parceria com o laboratório Sabin, equipe de pesquisadores buscam entender como o vírus se espalha na epidemia, como muda ao longo do tempo e se as mudanças causam alterações nas propriedades biológicas virais. Importa dizer que a UnB é a terceira universidade do país a realizar tal feito.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS desenvolveu diferentes estratégias para o combate ao coronavírus (Covid-19), podendo-se destacar a força-tarefa com a Fundação Oswaldo Cruz de Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS), o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (Humap/UFMS), Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), o Laboratório Central do estado (Lacen/SES/MS), e demais parceiros para realizar projeto de diagnóstico rápido de pacientes com a doença, demonstrando capacidade de articulação e constituição de parcerias. Destaca-se, ainda, projeto

de pesquisa para avaliar o nível de estresse da população em decorrência do coronavírus. Por sua vez, a Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT por meio de um modelo matemático aliado a ferramentas computacionais desenvolve estudo com o objetivo de obter resultados e realizar projeções sobre a transmissão do novo coronavírus pelo território nacional.

A Universidade Federal de Goiás, UFG, dentre várias ações, desenvolveu projeto para orientar e capacitar os agentes de segurança prisional no combate à pandemia da Covid-19, realizando ciclos de capacitação que abordam temas como o uso de Equipamentos de Proteção Individual, limpeza e desinfecção de superfícies, uso correto de máscaras, higienização correta das mãos, entre outros temas. Destaque também para a Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD que, em parceria com docentes da educação escolar indígena de Dourados, tornou as informações sobre a Covid-19 acessíveis a toda a população indígena da região, através de elaboração de cartilha em guarani com orientações de combate à pandemia.

Importante destacar que todas as Universidades da Região Centro-Oeste pesquisadas, demonstraram com grande rapidez a capacidade de produzir insumos e equipamentos tais como ventiladores mecânicos seguros e baratos, confecção de máscaras, equipamentos de proteção individual (EPIs) diversos, aventais, álcool em gel 70%, dentre outros. Independente do porte da Universidade, todas contribuíram em maior ou menor quantidade, porém sempre buscando fazer o melhor possível para o combate a pandemia. Outrossim, todas também apresentação com agilidade capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas tendo, logo de início, criado comitês para o enfrentamento da pandemia.



Como destaque para a capacidade de propor soluções, a Universidade Federal de Catalão, UFCAT, por meio da Reitoria intensificou a Atenção Biopsicossocial às/aos estudantes, especialmente os que se encontram em condições de maior vulnerabilidade. Some-se a isso, parcerias institucionais realizadas com docentes e pesquisadores de diversos cursos e também com a Secretaria Municipal da Saúde, por meio do CAPS, para favorecer acesso a medicações de alto custo, e/ou de uso controlado, e acolhimento/atendimento com escuta qualificada a várias/os alunas/os. Além disso, deu início às atividades de proteção e promoção à saúde, prevenção de doenças e agravos, por meio de ações multiprofissionais e multidisciplinares. E buscando cumprir com seu compromisso com a população brasileira, e em especial de Catalão, a UFCAT vem colocando a disposição todos os profissionais, conhecimento e estrutura da Instituição no enfrentamento deste difícil momento para a humanidade.

Considerando que a Região Sudeste tem 19 universidades públicas o total de ações fica abaixo das regiões já analisadas. De um total de 19 universidades públicas na Região Sudeste, 11 se localizam no Estado de Minas Gerais, 04 no Estado do Rio de Janeiro, 03 no Estado de São Paulo e 01 no Estado do Espírito Santo.. Destacam-se as capacidades de criar e disseminar informações (81), produção de insumos para o combate e monitoramento do coronavírus.(47), capacidade de pesquisa (35), conforme mostra a Tabela 07. São números elevados revelando a contribuição das universidades públicas. Importa ressaltar que essa Região do Brasil concentra não só maior riqueza mas o maior número de oportunidades de geração de conhecimento, capacidade de produção de insumos por outras iniciativas, qualificação

profissional, maior número de programas de pós-graduação e inúmeras organizações que criam e difundem informações.

**Tabela 07: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Sudeste para o enfrentamento ao coronavírus.**

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE AÇÕES
Capacidade de Pesquisa	35
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	47
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	81
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	16
Capacidade formativa técnica	4
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	16
TOTAL	199

Fonte: dados da pesquisa, 2020

Entre as muitas ações implementadas, merecem destaque no Estado de Minas Gerais a realização de pesquisas voltadas ao estudo do coronavírus, a exemplo das pesquisas realizada pela Universidade de Juiz de Fora (UFJF), “*Síntese de análogos de Cloroquina/Hidroxiclороquina, estudos in silico com proteínas alvo do SARS-CoV-2 e avaliação dos efeitos sobre a modulação da replicação do vírus SARS-CoV-2*”, pela Universidade Federal de Minas Geais (UFMG), “*Estudo clínico sobre a capacidade da cloroquina e da hidroxiclороquina de prevenir infecções pelo Sars-CoV-2, o novo coronavírus, e de reduzir a gravidade dessas infecções em profissionais*

*de saúde”, pela Universidade Federal de Uberlândia, “Impactos da Epidemia de Coronavírus em comunidades religiosas tradicionais de matriz africana do Triângulo Mineiro” com a finalidade de entender de que modo a doença está afetando os encontros, projetos e ações dos grupos religiosos minoritários no cenário brasileiro”.*

Importa, também, ressaltar as ações voltadas para a produção de vacinas realizadas pelo Instituto Nacional de Tecnologia em Vacinas da UFMG (INCT Vacinas) que iniciou a produção de uma vacina para coronavírus a partir do vírus da Influenza H1N1, com expectativa de que as primeiras vacinas estejam disponíveis já para uso humano em dois anos e o desenvolvimento de teste sorológico de diagnóstico mais eficaz para a doença com expectativa de chegar ainda este ano a um teste de resposta rápida que possa ser usado em larga escala.

Além desse esforço de pesquisa e produção de vacinas e testes, deve-se mencionar a importante iniciativa das parcerias das universidades com as prefeituras para desenho de estratégias de combate ao coronavírus, tais como: montagem do Centro de Enfrentamento à Covid-19, conhecido como Hospital de Campanha, em Ouro Preto, com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O hospital possui 50 leitos com oxigênio e, a princípio, terá 12 respiradores. A UFOP já cedeu alguns equipamentos e insumos e avalia a possibilidade de ceder profissionais da área da saúde, uma vez que as aulas presenciais estão suspensas. Além disso, as equipes que atuarão no atendimento estão sendo treinadas por professores e técnicos da Universidade. Outra iniciativa na mesma direção é da Universidade Federal de Viçosa via articulação com Prefeitos e representantes de dez municípios da Zona da Mata mineira, que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CIS-MIV) para alinhar as ações de combate ao vírus e o tratamento que

será oferecido aos possíveis pacientes com Covid-19, tendo como referência as deliberações adotadas pelo Centro Operacional de Emergência em Saúde (COES-Viçosa).

Na mesma perspectiva da parceria é preciso destacar as ações vinculadas a soluções de gestão, tais como: a Universidade Federal de Uberlândia através de seu Núcleo de Inovação e Avaliação Tecnológica em Saúde (Niats) produziu um estudo para a composição do custo de 100 leitos de UTI de Campanha com os mesmos recursos tecnológicos presentes em leitos de UTI de hospitais de caráter permanente, incluindo a oferta de gases medicinais como oxigênio e ar comprimido medicinal, da Universidade Federal de Lavras que desenvolveu em laboratório, a partir de projeto multidisciplinar, um dispositivo que atua como respirador mecânico automatizado e promove a ventilação artificial, podendo ser utilizado nos postos avançados de saúde – Hospitais de Campanha – onde geralmente não há toda a infraestrutura necessária e da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) que cedeu dois prédios do Campus de Varginha, para montagem de estrutura temporária destinada a atendimentos hospitalares.

Finalmente, importa mencionar que todas as universidades no Estado de Minas Gerais apresentaram capacidade para produção de insumos diversos – álcool, sabão, máscaras, água sanitária, etc. Dessa forma, participam ativamente do esforço para suprir a falta de insumos para o sistema de saúde, item de fundamental importância no combate ao coronavírus.

No Estado de São Paulo, destaca-se a capacidade de pesquisa das universidades públicas, a exemplo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que está desenvolvendo a pesquisa *“Avaliação de compostos com potencial terapêutico para Sars-CoV-2: enfoque em compostos com atividade estrogênica,*

*moduladores da autofagia” com o objetivo de elaborar estudos e propostas técnico-científicas para avaliação dos impactos da pandemia de Covid-19 na Região Metropolitana de São Paulo, com foco nas áreas de maior vulnerabilidade e, em parceria com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) deram início a uma pesquisa que busca uma solução de combate ao novo coronavírus, (SARS/CoV-2) com a produção de nanofármacos, que são medicamentos produzidos em escala nanométrica, com propriedades físicas, químicas e biológicas especiais e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que está realizando a pesquisa “Construção de uma nanopartícula inorgânica para estudar a geometria do vírus”.*

Além desse esforço deve-se mencionar a alocação de recursos de diversas naturezas, pelas universidades públicas, para apoiar as secretarias de saúde. A cessão do espaço do ginásio de esportes da Universidade Federal do ABC (UFABC) para que a Prefeitura de Santo André monte um hospital de campanha com aproximadamente 100 leitos, a utilização de veículos da frota da Universidade para o transporte de urgência de profissionais que compõem as equipes de saúde que estão atendendo na região do ABC e assessoria virtual na seleção de materiais, processos, equipamentos e logística para o enfrentamento da pandemia na região do Grande ABC, configuram ações dessa natureza.

Outra ação muito interessante e que não foi encontrada no universo de universidades pesquisadas é a prestação de serviço de manutenção de equipamentos hospitalares - camas, respiradores, ventiladores, monitores, etc. pertencentes à rede estadual de Saúde. Este trabalho é realizado pelo Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em parceria com

instituições públicas e privadas. Dada as usuais dificuldade da administração pública em viabilizar com rapidez os consertos de equipamentos de um modo geral, essa ação assume enorme importância para solucionar várias dificuldades.

Entre as ações desenvolvidas pelas universidades públicas federais no Estado do Rio de Janeiro, importa destacar as pesquisas que vêm sendo realizadas, a exemplo da parceria da rede *Virus Outbreak Data* (Vodan), por meio do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG) com a UNIRIO. A rede integra a iniciativa internacional *Go Fair*, que visa implementar a internet global de serviços de dados *Fair* no mundo inteiro. A sigla *Fair* faz referência a dados de pesquisa baseados em critérios abertos de uso e reuso científico, a partir das palavras da língua inglesa *findable* (“encontráveis”), *accessible* (“acessíveis”), *interoperable* (“interoperáveis”) e *reusable* (“reutilizáveis”); pesquisa com o objetivo de mapear as atividades profissionais, o índice de risco de contaminação dos trabalhadores brasileiros pelo novo coronavírus, intitulada “COVID-19 e o Emprego: Estimativas Iniciais de Impacto no Setor de Serviços” realizada pela UFF.

De igual importância, a construção de capacidades para monitorar e divulgar informações sobre o coronavírus, iniciativa desenvolvida por todas as universidades públicas. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desenvolveu um sistema georreferenciado para o acompanhamento on-line da evolução da pandemia causada pelo novo coronavírus- Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (Pesc) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) e do Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) desenvolveu a a #RuralContraCorona, uma plataforma pública e colaborativa que reúne as ações

institucionais e de difusão de conhecimento produzidas dentro da UFRRJ, separadas por temas e pelos grupos responsáveis por essas ações.

Todas as universidades estão envolvidas com a produção de insumos – máscaras, álcool para suprir as demandas provocadas pela emergência do coronavírus. Importar destacar que a UFRJ está desenvolvendo um protótipo de ventilador pulmonar mecânico para ser reproduzido em massa, de forma simples, rápida e barata, com recursos disponíveis no mercado nacional.

Diretamente relacionada com a contenção do vírus, as universidades realizam análise de amostras biológicas de casos suspeitos de Covid-19, como é o caso do Laboratório Central Noel Nutels (Lacen-RJ) da UNIRIO, desenvolvem um novo teste para detectar anticorpos em pessoas com suspeita de COVID-19 de forma mais simples, rápida e barata que o teste de PCR (Reação em Cadeia da Polimerase) na UFRJ, confeccionam testes para diagnóstico do COVID-19 em um de seus laboratórios e implantam e um novo sistema para diagnóstico de profissionais de saúde do hospital suspeitos de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Além de todas as ações realizadas e/ou em andamento pelas universidades públicas federais na Região Sudeste é importante sinalizar o nível de colaboração entre as universidades públicas com a publicação do edital de chamamento público para a contratação emergencial de fornecedores de EPIs, materiais e medicamentos, testes para covid-19, equipamentos hospitalares e insumos para fabricação de itens de pesquisa, como medida de enfrentamento à pandemia de coronavírus sob coordenação da UNIFESP. Este esforço dará celeridade ao processo e, em situação de extrema necessidade, a agilidade é fundamental.

É fácil de constatar o impacto das ações que as universidades públicas federais estão produzindo: produção de conhecimento científico, monitoramento da evolução do coronavírus, disseminação de informações, capacitação técnica de profissionais de saúde, consolidação de parcerias, criação de inovações gerenciais, formulação de políticas, produção de insumos, entre outras capacidades. É bom que se registre que esses resultados são apenas o que é visível aos olhos do pesquisador. Os resultados são muito maiores pois há todo um aprendizado envolvendo docentes, discentes, técnicos, órgãos públicos, governos e comunidade de um modo geral difícil de ser contabilizado.

Na Região Sul, com 11 universidades públicas, destacam-se as capacidades de pesquisa, de criar e disseminar informações e produção de insumos. Comparando com outras regiões, a capacidade de pesquisa assume a liderança. Surpreende a baixa capacidade de formação, o que pode ter como explicação o quadro de profissionais já qualificados na Região (Tabela 08). O número total de ações é o maior entre todas as regiões mas não se diferencia muito das regiões Centro-Oeste e Nordeste. Este dado é muito importante pois mostra uma certa homogeneidade de resultados das universidades públicas indicando que o sistema federal responde às exigências de modo muito parecido. Ao analisar as categorias mais evidenciadas, destacam-se fortemente as capacidades de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais (106), de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus (66) e para propor soluções de gestão e políticas públicas (64), que correspondem a mais de 85% do total de ações.



**Tabela 08: Capacidades construídas e mobilizadas pelas universidades públicas na Região Sul para o enfrentamento ao coronavírus.**

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE AÇÕES
Capacidade de Pesquisa	21
Capacidade de criar e disseminar informações e apoio à população sobre o vírus e seus impactos sociais	106
Capacidade de produção de insumos para combate e monitoramento do coronavírus	66
Capacidade de realocar recursos para apoiar o combate ao coronavírus	12
Capacidade formativa técnica	7
Capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas	64
TOTAL	276

Fonte: dados da pesquisa, 2020

Do total de ações, quase 40% foram dirigidas ao apoio à população da região, o que sugere uma forte inserção social das universidades públicas federais na região. Essa percepção é corroborada pelo número relativamente alto de universidades públicas federais em face do número relativamente baixo de Estados na região.

Ao se analisar mais detidamente essas ações, chama a atenção a diversidade de formas de apoio contempladas pelas ações, desde questões mais diretas como orientações sobre procedimentos de higiene no sentido de evitar o contágio – inclusive nas idas as mercados e na manipulação dos alimentos logo após a sua aquisição –, passando pela saúde dos grupos de risco – a exemplo dos idosos –, pelos cuidados com os animais

de estimação e com a saúde mental, bem como orientações de meios para a garantia do sustento das pessoas no período de isolamento social, além de orientação para os cuidados com as pessoas infectadas – inclusive sobre a manipulação do lixo per elas produzido –, conforme orientações consignadas pelo Departamento de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nessa categoria, uma iniciativa que se destaca, no Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), é a tradução de textos oriundos de revistas científicas, protocolos e notícias internacionais sobre a pandemia para disseminação junto à comunidade, bem como, no sentido inverso, a tradução de textos de pesquisadores e profissionais para a divulgação em plataformas internacionais de comunicação.

Dentre as ações classificadas sob a categoria da produção de insumos, destacam-se na Região Sul as inúmeras iniciativas voltadas para a proteção dos profissionais da área da saúde. Nessa perspectiva, atuaram a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – *Campus Blumenau*, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Em meio às iniciativas, principalmente de produção de máscaras, destaca-se a ação da UFSM de criação e produção de maçanetas do tipo *hands free* (“mãos livres”, em tradução própria) para instalação no pronto socorro e no centro cirúrgico do Hospital Universitário de Santa Maria, inicialmente. Tendo em vista que os maiores vetores de contaminação são a região facial e as mãos, as iniciativas mostram objetividade e foco no sentido de conter o avanço da proliferação da COVID-19.

Outra constatação relevante na Região Sul é a articulação entre as Universidades e as instâncias da Administração Pública da respectiva localidade, seja federal, estadual ou municipal, que aparece no exame da capacidade para propor soluções de gestão e políticas públicas.

Como exemplos, podem ser mencionadas três iniciativas. Na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), registrou-se a atuação de estudantes do Curso de Medicina em três barreiras sanitárias montadas em aduanas localizadas no acesso a Foz do Iguaçu, região de fronteira, para rastreamento de viajantes com febre ou sintomas respiratórios, bem como para disseminar orientações sobre como evitar a contaminação, em uma ação conjunta envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde, a Vigilância Sanitária, a Defesa Civil, a Polícia Rodoviária Federal e o Exército. Já, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), registrou-se uma conferência via *web* para discutir estratégias e políticas públicas no combate à COVID-19, direcionada a gestores municipais e lideranças regionais. Ainda, merece registro a capacidade de mobilização da sociedade na iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de reunir e organizar o trabalho de um “exército de voluntários” composto de “costureiras, donas de casa, estudantes, servidores públicos, engenheiros e profissionais de várias áreas” para a produção e doação de máscaras aos seus trabalhadores das áreas administrativa e assistencial

A apresentação das capacidades construídas e mobilizadas por cada uma das Regiões do Brasil mostra que as universidades públicas, apesar de todas as dificuldades relatadas na seção um deste Relatório, são estruturas organizacionais que souberam articular diferentes competências, recursos, atores, parcerias, conhecimento técnico e

informação para se situarem na linha de frente de combate ao coronavírus. A seção seguinte faz uma reflexão sobre as lições aprendidas a partir do desenvolvimento das ações acima identificadas para as universidades e para o país.

## 5 AS LIÇÕES APRENDIDAS

As inúmeras atividades que vêm sendo implementadas pelas universidades públicas federais mostram, entre outras coisas, que elas são indispensáveis ao país pois sendo estruturas muito particulares de produção e socialização do conhecimento são capazes de participarem ativamente de todo o ciclo das políticas públicas, desde o ingresso de um tema na agenda decisória, de sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação. E, dessa forma, são fundamentais para dar respostas aos inúmeros problemas de natureza social, política, econômica, cultural, tecnológica que afetam a sociedade. Diante de uma crise sanitária de proporções gigantescas elas foram capazes de articular ações em diferentes frentes de atuação – na pesquisa, no ensino, na prestação de serviços, no desenho de políticas, na cultura, na formação – mesmo em um contexto de sistemáticos ataques à sua existência como discutimos na seção primeira.

Dessa experiência, varias lições aprendidas e que reafirmam a missão social das universidades públicas federais na solução dos inúmeros problemas da sociedade brasileira. Entre outras lições, é importante destacar:

a) as capacidades mobilizadas e construídas para o enfrentamento do coronavírus pelas universidades públicas federais revelam que novas capacidades podem ser articuladas para solucionar muitas outras questões que também afligem o país, como a questão da desigualdade, da segurança, da violência, dos déficits habitacionais, da mobilidade urbana, do meio ambiente, entre outras. Universidades, poderes públicos, empresas, associações e outros organismos da sociedade podem

e devem trabalhar de forma articulada. O conhecimento que as universidades podem e sabem mobilizar não pode ser desperdiçado. O enfrentamento do coronavírus pelas universidades públicas federais mostrou a relevância desse particular tipo de instituição que articulando diferentes saberes e competências foi capaz de propor iniciativas, dar soluções, pensar de forma proativa e estratégica e agir de forma célere para oferecer respostas a inúmeros desafios;

**b)** o financiamento das universidades públicas federais é dever do Estado pois são as universidades que garantem a produção e socialização de um conhecimento que não é cancelado pelo mercado e que, portanto, pode ser mobilizado para o bem estar da sociedade. Se as universidades públicas federais não viessem sofrendo há tantos anos redução de seus orçamentos, respostas mais robustas teriam sido dadas à crise.

“Entre 2014 e 2018, o investimento em educação caiu 56% no país (de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões) e, segundo a Lei Orçamentária de 2019, pode chegar a R\$ 4,2 bilhões. O ensino superior, sozinho, registrou queda de investimentos da ordem de 15%, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal “ (SAYURI, Juliana, 2019).

É fácil constatar que se aportes de recursos para viabilizar a manutenção e expansão das universidades pública viessem sendo feitos de forma adequada e conforme as necessidades das instituições, as ações executadas teriam sido em maior volume, alcançando outras áreas do conhecimento.

O estudo de Panizzon (2020) chegou à conclusão semelhante ao relacionar recurso recebido pela universidade e práticas adotadas.

“Em termos de ações totais, a proporção é de 22% para as universidades de menor orçamento e 78% para o das universidades com maior orçamento. Dessa forma, o que se observa (..) em padrões globais, é que existe uma relação positiva entre o recurso executado e a capacidade relativa a Práticas de Desenvolvimento de Tecnologias, de Intervenção Direta na Sociedade, de Difusão de Informações na Sociedade, de Participação da Rede de Suprimentos, e de Produção de Estudos de Impacto” (PANIZZON et al(2020, p. 644)

Frise-se, que a responsabilidade social das universidades públicas federais é tão significativa que, mesmo no enfrentamento de uma crise interna provocada pela vertiginosa e progressiva queda do volume orçamentário a elas destinado nos últimos anos, a rede formada por elas mostra, consistentemente em escala nacional, uma capacidade de resposta difícil de ser igualada;

c) o grande número de atividades executadas pelas universidades federais no enfrentamento do coronavírus revela o enorme esforço feito pelos docentes, técnicos e alunos para o desenvolvimento de novas capacidades e, mais do que isso, revela o quanto a narrativa de que as universidades públicas são ineficientes, perdulárias, improdutivas não merece crédito. Muito pelo contrário, as universidades através de sua comunidade universitária mostram vitalidade, rigor, responsabilidade social, compromisso com as soluções dos problemas sociais e

econômicos. Cada uma, em função de suas particularidades, estão comprometidas em encontrar as melhores soluções para os problemas decorrentes da pandemia. Esse fato é acentuado quando se observa que o período dos dados coletados compreende, aproximadamente, apenas os primeiros 45 (quarenta e cinco) dias após a formalização do reconhecimento da crise;

**d)** o volume de ações empreendidas, em um prazo exíguo, põe em realce a instituição universidade como um espaço que reúne competências diversas orientadas por valores normativos de comprometimento social com os problemas locais, regionais e nacionais e, que assim sendo, mobiliza atores e recursos para construir novas capacidades e dar respostas que a sociedade demanda. Ou seja, diante de um problema de saúde enorme, as universidades públicas federais mesmo com a escassez de recursos e às vezes com dificuldades materiais para viabilizar os projetos de pesquisa, de extensão, de ensino e de prestação de serviços não se acomodaram. Muito pelo contrário, foram criativas e constituem hoje uma das linhas de frente de combate ao coronavírus;

**e)** a capacidade construída pelas universidades públicas federais para o combate ao coronavírus revela o quanto a narrativa de que as instituições necessitam de um choque de gestão é improcedente. A complexidade de muitas ações, o envolvimento de muitos parceiros, novas estruturas de governança, a capacidade de adequação de sua estrutura, a mobilização de recursos, entre outros aspectos são indicativos do grau de profissionalização existente nas universidades públicas federais. A crise destaca o papel fundamental que as universidades públicas federais estão assumindo na linha de frente do combate à



pandemia ao tempo em que revela que elas serão igualmente importantes para o enfrentamento dos enormes desafios que irão se colocar em um contexto pós-pandemia;

**f)** o expressivo resultado alcançado através das ações implementadas mostra a enorme capacidade de entrega de bens, informações, conhecimento e insumos à sociedade, o que torna a legitimidade das universidades públicas inquestionável como estruturas institucionais capazes de unir diferentes saberes na busca de soluções para problemas da sociedade;

**g)** o investimento feito na pós-graduação, especialmente no período de 2004 a 2018, ao criar competências em diversas áreas constitui, entre outros, em fator explicativo da capacidade de resposta das universidades públicas federais ao desafio complexo de lidar com a pandemia. Formação de recursos humanos altamente qualificados sem dúvida é um diferencial importante em momentos em que a ciência pode produzir as respostas necessárias ao enfrentamento da crise sanitária.

Todas essas lições reafirmam o compromisso social das universidades públicas federais, revelam que elas são imprescindíveis ao desenvolvimento do país e que todos os esforços devem ser feitos para evitar que elas sejam submetidas a uma concepção de educação que não seja norteadada pela preocupação com o bem estar da população e com a emancipação do cidadão. As universidades públicas federais constituem, mais que uma dimensão organizacional, patrimônio brasileiro, especialmente em um contexto globalizado da sociedade do conhecimento.

Impõe-se, assim, uma agenda de lutas para proteger a sua existência, a sua autonomia e a garantia de que ela continuará

sendo plural, democrática e comprometida com as soluções dos problemas do seu tempo e que continuará recebendo financiamento público para o cumprimento de sua missão social. E, sem hierarquizar as lutas, a ameaça já anunciada quando este Relatório está sendo concluído, de novos cortes no orçamento para o ano de 2021, da ordem de R\$ 1,4 bilhão, que atingiria as universidades e institutos federais nas despesas discricionárias - água, luz, terceirização, compras de equipamento, etc, o equivalente a 18,32% do orçamento de 2020 (OLIVEIRA e TENENTE, 2020), torna imperativo desde já uma ampla mobilização de toda a comunidade universitária e de amplos setores da sociedade civil e do Congresso Nacional em defesa das universidades e institutos públicos federais para evitar que os cortes se efetivem.

A ampla prestação de serviços realizada pelas universidades federais para o combate ao coronavírus e o conhecimento científico que vem sendo gerado para benefício de toda sociedade, não deixam nenhuma dúvida de que as universidades públicas federais são instituições indispensáveis à superação da crise de saúde atual e que não podem ser submetidas a cortes dessa magnitude sob pena de não poderem realizar a sua missão social.



---

## **SOBRE OS AUTORES**

**Antônio Alves Filho**, graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1993) e mestre em Administração (1999) e doutor em Psicologia (2012) também pela UFRN. Professor do curso de Administração da UFRN na área de Gestão de Pessoas e do Programa de Pós graduação em Gestão Pública – PPGP/UFRN, mestrado profissional. Tem interesse por temas ligados a gestão de pessoas e comportamento organizacional.

**Fábio Resende de Araújo**, doutorado e Mestrado em Administração na linha de Gestão em Políticas Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGA/UFRN). Graduado em Nutrição pela UFRN. Atualmente é Professor Adjunto da UFRN no Departamento de Administração Pública e Gestão Social. Docente do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública (PPGP/UFRN). Lidera o Grupo de Gestão Institucional e Políticas Públicas.

**Marconi Neves Macedo**, mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Servidor Técnico-Administrativo da UFRN. Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Maria Arlete Duarte de Araújo**, graduada em Administração pela Universidade Federal de Sergipe (1978), Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1983) e

Doutorado em Administração de Empresas (Sp) pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1996). Pós-doutorado na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona - Espanha (agosto/2008 a julho/2009). Professora Titular vinculada ao Departamento de Administração Pública e Gestão Social, como voluntária, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro. **Propuesta Educativa**. n. 52, v.2, nov, 2019. P127-38. Disponível em: <http://propuestaeducativa.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2020/05/PropuestaEducativa52.pdf#page=128>. Acesso: 15 de ago. 2020.

ARAUJO, Maria Arlete D. **A (A)ventura de ser professor**: memorial. Natal, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRN. **Carta aberta à Sociedade Potiguar**: os impactos dos cortes nas IFES para a economia do RN. 21 maio 2019. Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-sindicatos-federados/carta-aberta-a-sociedade-potiguar-os-impactos-dos-cortes-nas-ifes-para-a-economia-do-rn/#.Xq3DDL06j9U.gmail>. Acesso: 04 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). Conselho Pleno da ANDIFES. **Nota à Sociedade**. Brasília, DF, 24 ago. 2017. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/52515-2/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Repasse do MEC para universidades federais chega ao menor patamar em sete anos: 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%**. 29 jun. [2019]. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/repasse-mec-para-universidades-federais-chegam-ao-menor-patamar-em-sete-anos/>. Acesso em: 15 maio 2020.

BARIFOUSE, Rafael. Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa em outubro. **BBC News Brasil**, São Paulo, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2019/07/13/por-que-84-mil-pesquisadores-do-cnpq-podem-ficar-sem-bolsa-em-outubro.html>. Acesso: 06 maio 2020.

BERMÚDEZ, Ana Carla. **Veja as 20 melhores universidades da América Latina, segundo ranking do THE**. 07 julho 2020. UOL. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/07/as-melhores-universidades-da-america-latina-segundo-o-the.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019**. Brasília: Senado Federal, 2019a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Proposta de Emenda à Constituição nº 187, de 2019**. Brasília: Senado Federal, 2019b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139703>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019**. Brasília: Senado Federal, 2019c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139704>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 26 maio 2020.

**BRASIL. Lei Ordinária Federal n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.**

Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm#:~:text=Altera%20as%20Leis%20n%20%C2%BA,Leis%20do%20Trabalho%20D%20CLT%2C%20aprovada.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm#:~:text=Altera%20as%20Leis%20n%20%C2%BA,Leis%20do%20Trabalho%20D%20CLT%2C%20aprovada.) Acesso em 24 agosto 2020

**BRASIL. Portaria n.º 207, de 06 de fevereiro de 2020.** Institui o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-207-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078551> Acesso em : 23 jun 2020.

**BRASIL. Portaria n.º 545, de 16 de junho de 2020.** Revoga a Portaria Normativa MEC n.º 13, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 33, 18 jun. 2020a.

Disponível em: [in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-545-de-16-de-junho-de-2020-](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-545-de-16-de-junho-de-2020-262970520). Acesso em: 23 jun. 2020.

**BRASIL. Portaria n.º 559, de 22 de junho de 2020.** Torna sem efeito a Portaria n.º 545, de 16 de junho de 2020. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 27, 23 jun. 2020b. Disponível em: [in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-559-de-22-de-junho-de-2020-262970520](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-559-de-22-de-junho-de-2020-262970520). Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. Poder Executivo Federal. Ministério da Educação. **Coronavírus:** Monitoramento nas Instituições de Ensino. 2020c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

**CCJ tem mais duas audiências para debater a PEC Emergencial.** 13 mar. 2020. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/13/ccj-tem-mais-duas-audiencias-para-debater-a-pec-emergencial>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz F; GUIMARES, Andre R. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum Educationa**, v. 40, 2018.

DE NEGRI, Fernanda; KOELLER, Priscila. **O Declínio do Investimento Público em Ciência e Tecnologia:** uma análise do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações até o primeiro semestre de 2019. Brasília: IPEA, 2019. (Nota Técnica, 48).

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones:** acuerdos, dualidades y divergências. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO. **Orçamento inicial de 2020 reduz nominalmente os recursos disponíveis em mais de metade das IFES.** 31 out. 2019a. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/orcamento-inicial-de-2020-reduz-nominalmente-os-recursos-disponiveis-em-mais-de-metade-das-ifes/>. Acesso em: 26 fev. 2020.



FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO. **PROIFES e entidades científicas reafirmam posição contrária à fusão CNPq e Capes. Notícias Sindicatos Federados.** 10 out. 2019b. Disponível em: [http://www.proifes.org.br/noticias-sindicatos-federados/proifes-e-entidades-cientificas-reafirmam-posicao-contraria-a-fusao-cnpq-e-capes/#.Xq3AH\\_KLSJY.gmail](http://www.proifes.org.br/noticias-sindicatos-federados/proifes-e-entidades-cientificas-reafirmam-posicao-contraria-a-fusao-cnpq-e-capes/#.Xq3AH_KLSJY.gmail). Acesso em: 04 maio 2020.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO. **Nota Pública da Andifes:** Declarações do ministro da Educação sobre as universidades federais. 22 nov. 2019c. Disponível em: [http://www.proifes.org.br/noticias-sindicatos-federados/nota-publica-da-andifes-declaracoes-do-ministro-da-educacao-sobre-as-universidades-federais/#.Xq2\\_f9TcVuo.gmail](http://www.proifes.org.br/noticias-sindicatos-federados/nota-publica-da-andifes-declaracoes-do-ministro-da-educacao-sobre-as-universidades-federais/#.Xq2_f9TcVuo.gmail). Acesso em: 04 maio 2020.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO. **Não existe país avançando sem uma educação e uma ciência de qualidade, diz Glauco Arbix.** 29 abril 2019d. Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-sindicatos-federados/nao-existe-pais-avancando-sem-uma-educacao-e-uma-ciencia-de-qualidade-diz-glauco-arbix/#.Xq3D6fC2NnQ.gmail>. Acesso: 05 maio 2020.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO. **Mais de 50 entidades científicas endossam nota que solicita revisão de portaria do MEC sobre deslocamento de pesquisadores.** 30 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/mais-de-50-entidades-cientificas-endossam-nota-que-solicita-revisao-de-portaria-do-mec-sobre-deslocamento-de-pesquisadores/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO . **Proifes se posiciona contra a Portaria nº 1.122 do MCTIC**. 31 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-se-posiciona-contra-a-portaria-1-122-do-mctic/>. Acesso em: 22 maio 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Gestão de Weintraub no MEC foi marcada por ataques e projetos parados**. 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/06/19/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ranking de universidades**: selecione as categorias para conferir as melhores universidades no RUF 2019. 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 27 maio 2020.

FORUM NACIONAL DE PRÓ- REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. FONAPRACE. PESQUISA NACIONAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS (DAS) GRADUANDOS (DAS) IFES, 5., 2018, Uberlândia, MG. [Anais]. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

FORUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO. **Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 186, 187 e 188 do governo Bolsonaro e o grande ataque às políticas sociais**. 7 fev. 2020. Disponível em: <http://fnpe.com.br/propostas-de-emenda-constitucional-pecs-186-187-e-188-do-governo-bolsonaro-e-o-grande-ataque-as-politicas-sociais/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília, DF, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

GERAQUE, Eduardo. Orçamento de 2020 mostra redução acima de 80% para o fomento científico. **Direto da ciência**: análise, opinião e jornalismo investigativo, 20 fev. 2020. Disponível em: <http://www.diretodaciencia.com/2020/02/20/orcamento-de-2020-mostra-reducao-acima-de-80-para-o-fomento-cientifico/>. Acesso em: 01 maio 2020.

GOMIDE, Alexandre de Avila; PIRES, Roberto R.C. **Capacidades estatais e democracia**: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

HARMON, Michael M; MAYER, Richard T. **Teoría de la Organización para la Administración Pública**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

MADEIRO, Carlos. Capes corta bolsas e penaliza regiões mais pobres, diz estudo. 06 julho 2020. **Tilt**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/06/capes-corta-10-das-bolsas-e-penaliza-regioes-mais-pobres-diz-estudo.htm>. Acesso em 08 jul. 2020.

MENSAGEM n. 302, de 26 de maio de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que “Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se”. **DOUInforme**, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2020/05-maio/douinforme-27-05.2020>. Acesso em: 23 jun. 2020.

OLIVEIRA, Elida e TENENTE, Luiz. **Reitores dizem que corte previsto para educação brasileira em 2021 pode inviabilizar atividades em universidades federais**. 12/08/2020 <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/12/reitores-dizem-que-corte-previsto-para-educacao-brasileira-em-2021-pode-inviabilizar-atividades-em-universidades-federais.ghhtml>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PANIZZON, Mateus; COSTA, Camila F; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira. Práticas das Universidades Federais no combate à COVID- 19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. **RAP**, 54(4):635-649, jul-ago 2020

PATI, Camila. Estas 20 universidades do Brasil estão na nova lista de melhores do mundo. **Revista Exame**, 31 maio 2018. Disponível em: <https://exame.com/carreira/estas-20-universidades-do-brasil-estao-na-nova-lista-de-melhores-do-mundo/>. Acesso em: 27 maio 2020.

PRESTES, Emilia Maria da Trindade; SOUZA JÚNIOR, Luis de. Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e ajuste fiscal. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 46 p. 161-187, out./ dez. 2017.

SALLUN, Samanta. **Verba retida da Ciência ajudaria a combater Covid-19.11jun.** 2020. Observatório da democracia. Disponível em: <https://observatoriodademocracia.org.br/2020/06/11/verba-retida-da-ciencia-ajudaria-a-combater-covid-19-diz-especialista/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SAYURI, Juliana. **O governo contra as universidades, em dados e análises.** 04 maio 2019a. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/05/04/O-governo-contra-as-universidades-em-dados-e-an%C3%A1lises>. Acesso em: 29 maio 2020.

SAYURI, Juliana. **Quais bolsas foram congeladas pela Capes. E os impactos.** 09 maio 2019b. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/05/09/Quais-bolsas-foram-congeladas-pela-Capes.-E-os-impactos>. Acesso em: 29 maio 2019.

VENTURINI, Anna Carolina. Revogação joga luz sobre políticas afirmativas na pós-graduação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/06/19/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

